



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



20
25



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 Benevides



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Osvaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução.....	8
-----------------	---

Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza.....	9
---	---

1 – Evolução da Taxa de Pobreza.....	9
--------------------------------------	---

2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais.....	10
--	----

Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável.....	11
--	----

3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer.....	12
---	----

4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).....	13
---	----

Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar.....	14
--	----

5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos).....	14
--	----

6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes.....	15
--	----

Objetivo 4 - Educação de Qualidade.....	17
--	----

7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes.....	17
---	----

8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet.....	18
--	----

Objetivo 5 - Igualdade de Gênero.....	19
--	----

9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros.....	19
--	----

10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres.....	20
---	----

Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento.....	22
--	----

11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto.....	22
---	----

12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita.....	23
---	----



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
	13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24
	14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
	15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27
	16 – PIB per capita.....	28
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
	17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30
	18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
	19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
	20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34
	21 – Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
	22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37
	23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
	24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
	25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
	26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43
	27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
	28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45
	29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
	30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48
	31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Benevides x RI Guajará x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Benevides x RI Guajará x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Benevides x RI Guajará x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Benevides x RI Guajará x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Benevides x RI Guajará x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Benevides x RI Guajará x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Benevides x RI Guajará x Pará (2019- 2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Benevides x RI Guajará x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Benevides x RI Guajará x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Benevides x RI Guajará x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Benevides x RI Guajará x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Benevides x RI Guajará x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Benevides x RI Guajará x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Benevides x RI Guajará x Pará (2019-2022).....	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Benevides x RI Guajará x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Benevides x RI Guajará x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Benevides x RI Guajará x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Benevides x RI Guajará x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Benevides x RI Guajará x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Benevides x RI Guajará x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Benevides x RI Guajará x Pará (2019-2023)	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Benevides x RI Guajará x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Benevides x RI Guajará x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Benevides x RI Guajará x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Benevides x RI Guajará x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Benevides x RI Guajará x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Benevides x RI Guajará x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Benevides x RI Guajará x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Benevides x RI Guajará x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Benevides x RI Guajará x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Benevides x RI Guajará x Pará (2019-2023)	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Benevides x RI Guajará x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores — governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas — e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamento

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do *Observatório ODS-FAPESPA*, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Benevides (PA)**.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



Evolução da Taxa de Pobreza

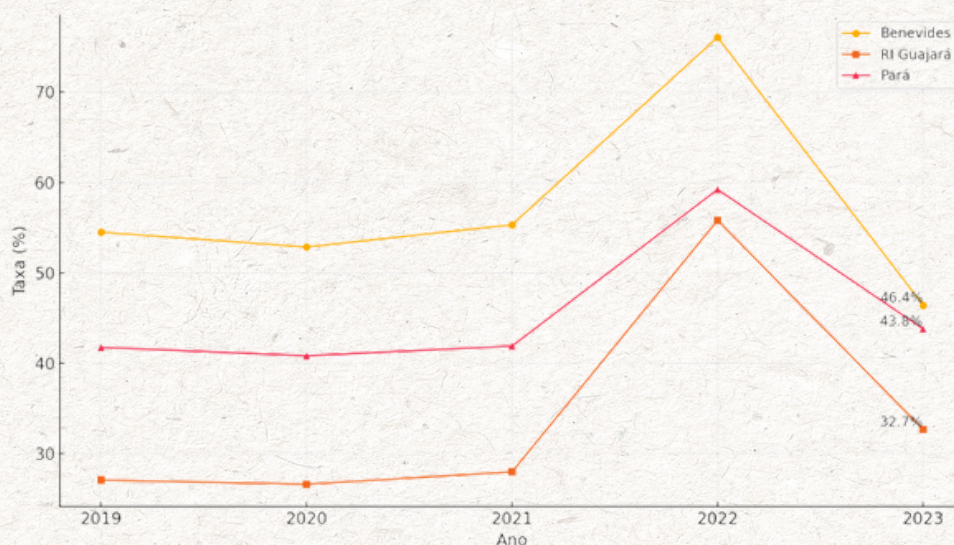
Entre 2019 e 2023, a taxa de pobreza apresentou variações significativas nos três níveis territoriais observados. Em Benevides, a taxa oscilou em torno de 54% nos três primeiros anos, mas teve um salto brusco em 2022, atingindo 76,2%, antes de recuar para 46,4% em 2023. Esse pico abrupto pode estar associado a fatores como o impacto da pandemia da COVID-19 na economia local, resultando em desemprego, queda na renda e aumento da vulnerabilidade. A posterior queda em 2023 possivelmente reflete os efeitos de políticas públicas emergenciais e de recuperação socioeconômica (Gráfico 1).

Na Região de Integração (RI) Guajará, a tendência foi semelhante, mas em menor magnitude. A taxa manteve-se entre 26% e 28% de 2019 a 2021, disparou para 55,7% em 2022, e caiu para 32,7% em 2023. O comportamento indica que o choque socioeconômico da pandemia também foi fortemente sentido na região metropolitana, com posterior alívio. No entanto, mesmo com a redução, a taxa em 2023 ainda é superior à do início da série, o que sugere que a recuperação ainda está em andamento (Gráfico 1).





Gráfico1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Benevides x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Já no estado do Pará, a taxa de pobreza partiu de 41,9% em 2019 e apresentou padrão de crescimento moderado até atingir 59,3% em 2022, regredindo para 43,8% em 2023. A oscilação mais suave em relação a Benevides e à RI Guajará pode estar relacionada à maior diversidade econômica do estado, o que confere maior resiliência. Mesmo assim, o patamar elevado da pobreza reforça os desafios estruturais enfrentados pela população paraense, especialmente nas áreas rurais e periféricas (Gráfico 1).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 46,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

As despesas públicas com serviços essenciais — como saúde, educação, assistência e segurança — mantiveram comportamento relativamente estável no estado do Pará entre 2019 e 2023, oscilando entre 59% e 63% do total de despesas públicas. Esse dado mostra um compromisso contínuo com áreas sociais prioritárias, mesmo diante de cenários desafiadores como a pandemia. Em 2023, o percentual foi de 60,9%, sinalizando uma retomada do patamar observado antes da queda em 2022 (Gráfico 2).

Em Benevides, o comportamento foi mais volátil. O muni-

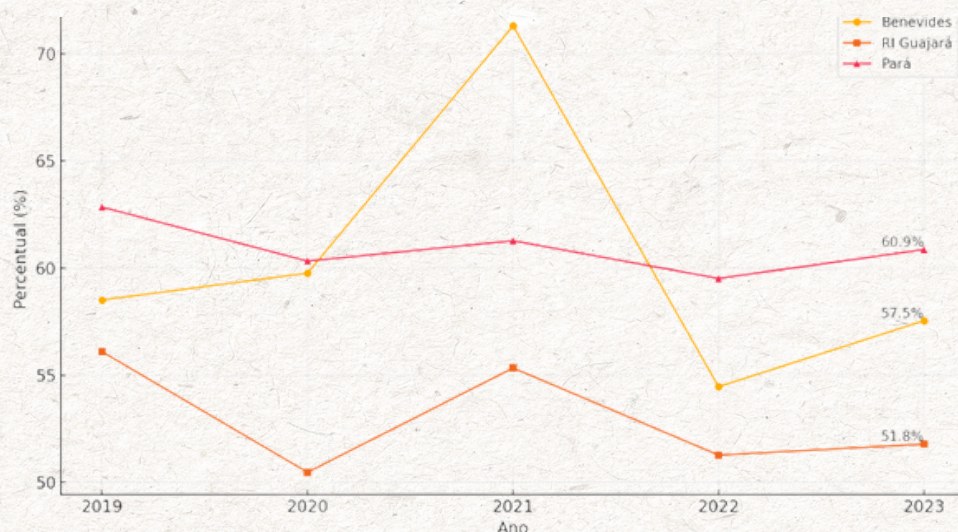
cípio partiu de 58,4% em 2019, subiu levemente até 2020, e disparou para 71,6% em 2021, provavelmente como resposta emergencial à pandemia. No entanto, o indicador caiu bruscamente para 54,5% em 2022, voltando a subir em 2023 para 57,5%. As variações indicam que Benevides precisou readequar sua estrutura orçamentária em função de pressões externas e internas, o que impactou diretamente a priorização de gastos com serviços essenciais (Gráfico 2).

Na RI Guajará, os percentuais oscilaram menos, mantendo-se entre 50% e 56%. Após uma queda para 50,5% em 2020,

houve uma leve recuperação até 2021, seguida de nova queda e posterior estabilização em 51,8% em 2023. A estabilidade, ainda que em um patamar inferior ao do estado e de Benevides, sugere limitação na capacidade de ampliação de investimentos sociais na região metropolitana. Isso pode refletir tanto restrições fiscais quanto dificuldades de gestão ou alocação de recursos de forma mais estratégica para serviços essenciais (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Benevides x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar da nutrição e promover a agricultura sustentável.

Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

A prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, importante indicador de saúde materno-infantil, oscilou de maneira distinta entre os níveis territoriais analisados. Em Benevides, a taxa iniciou alta em 2019 (9,4%), caiu significativamente para 8% em 2020, voltou a subir para 9,1% em 2021 e, a partir daí, iniciou nova queda, chegando a 8% novamente em 2023. Essas oscilações podem refletir fatores como variações na cobertura e qualidade do pré-natal, mudanças no perfil socioeconômico da população e efeitos pontuais da pandemia sobre o sistema de saúde local (Gráfico 3).

Na Região de Integração (RI) Guajará, a tendência foi de aumento progressivo.

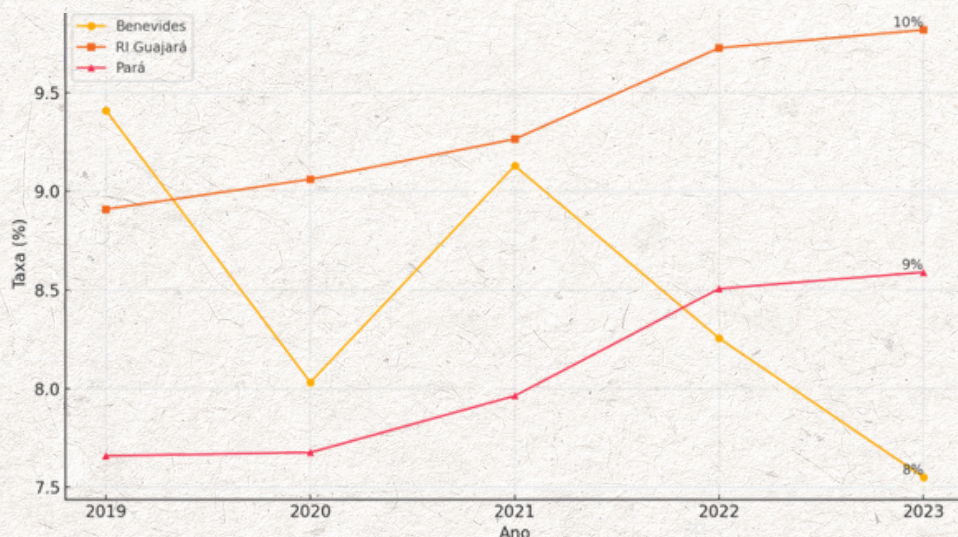
A taxa partiu de 8,9% em 2019 e atingiu 10% em 2023, mantendo crescimento ano a ano. Esse comportamento sinaliza agravamento de condições relacionadas à saúde da gestante, nutrição e acesso a cuidados básicos nos municípios da região metropolitana. O aumento contínuo acende um alerta para a necessidade de políticas públicas mais estruturadas na atenção básica à saúde da mulher e da criança, especialmente em áreas de maior vulnerabilidade social (Gráfico 3).

Já o estado do Pará apresentou uma trajetória de crescimento mais gradual, partindo de 7,7% em 2019 e encerrando 2023 com 9%. Embora o aumento seja menor que na RI Guajará, ele também revela

piora no cenário geral de saúde infantil. O crescimento contínuo pode estar associado à precariedade nos serviços de saúde em áreas rurais e interioranas, bem como à insegurança alimentar, que se agravou em razão da pandemia. Em todos os níveis, os dados reforçam a importância de fortalecer políticas de proteção à infância e de cuidado pré-natal com cobertura universal (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Benevides x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

Entre 2019 e 2023, o município de Benevides apresentou uma trajetória de crescimento contínuo e expressivo na produtividade agrícola. O indicador passou de R\$ 5,7 mil/hectare em 2019 para R\$ 21,7 mil/hectare em 2023, com destaque para o forte avanço entre 2021 e 2022. Esse comportamento sugere ganhos significativos de eficiência, possivelmente relacionados à modernização das práticas agrícolas, melhor uso dos recursos produtivos e diversificação de culturas com maior valor agregado por hectare. (Gráfico 4).

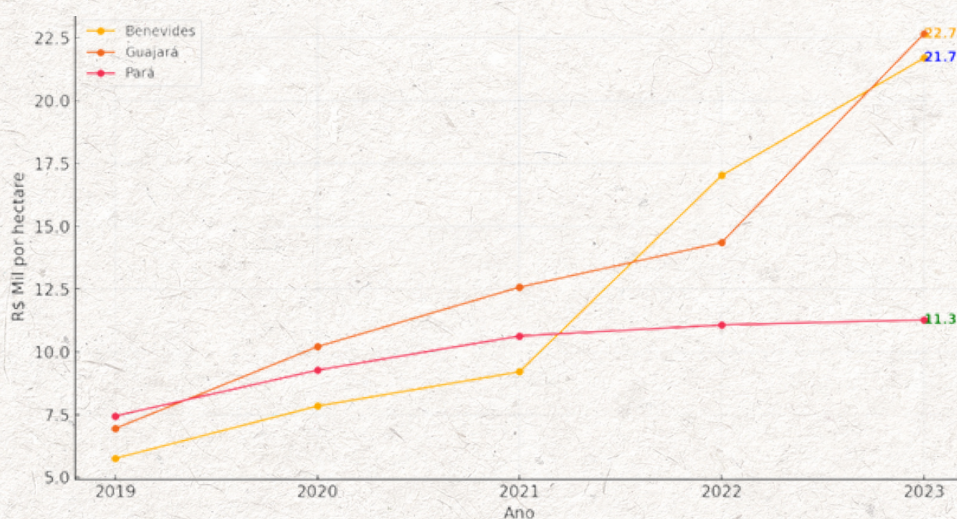
A Região de Integração Guajará, onde Benevides está in-

serido, também apresentou crescimento notável no mesmo período. A produtividade agrícola saltou de R\$ 7 mil/hectare em 2019 para R\$ 22,7 mil/hectare em 2023, com aumento contínuo ano após ano. Esse desempenho robusto e constante sinaliza uma consolidação regional da atividade agropecuária em bases mais eficientes, revelando avanços estruturais na produção rural e maior uniformidade no desempenho entre os municípios que compõem a região (Gráfico 4).

Por outro lado, o estado do Pará teve um crescimento mais modesto e linear, com a produtividade passando de R\$ 7,4

mil/hectare em 2019 para R\$ 11,3 mil/hectare em 2023. Apesar da estabilidade e do crescimento contínuo, o ritmo é inferior ao observado em Benevides e na RI Guajará, indicando que os avanços mais significativos ainda se concentram em determinadas localidades. Esse cenário reforça a necessidade de políticas públicas voltadas à disseminação das inovações e tecnologias agrícolas para outras regiões do estado, visando reduzir as disparidades e ampliar o potencial produtivo do setor agrícola paraense como um todo (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Benevides x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 21,7 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

A taxa de mortalidade infantil em Benevides apresentou uma expressiva queda no período analisado. O município iniciou 2019 com 14 mortes por mil nascidos vivos, subiu para 15,3 em 2021, e então iniciou um forte declínio, alcançando apenas 9 em 2023 — o menor valor entre os três recortes territoriais. Essa redução acentuada sugere avanços relevantes nos serviços de saúde infantil e materna no município, com possíveis melhorias no pré-natal, no acesso a unidades de saúde e na qualificação das equipes da atenção básica (Gráfico 5).

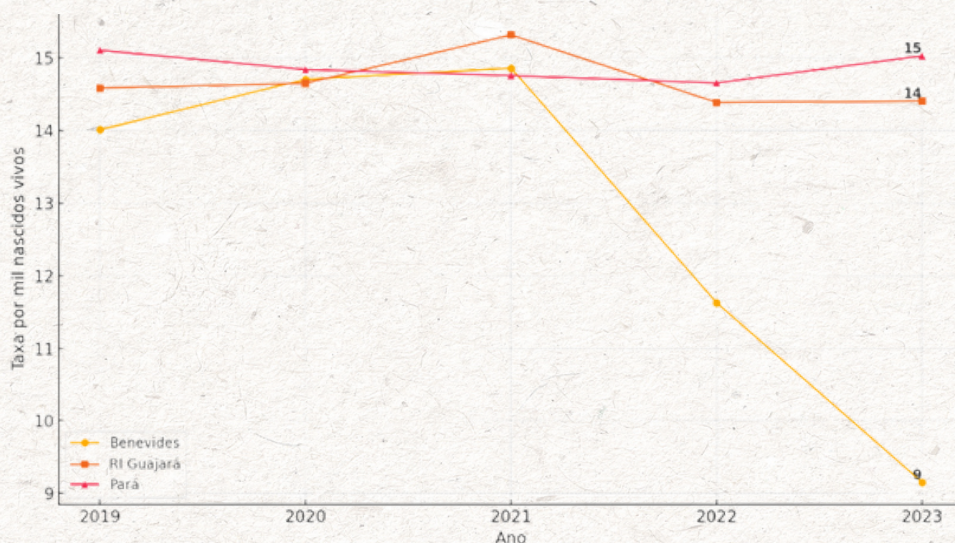
Na Região de Integração Guajará, a taxa manteve-se praticamente estável ao longo do período, variando levemente entre 14,4 e 15,3 por mil nascidos vivos. Essa constância indica que, embora não tenha havido piora, também não ocorreram avanços expressivos na redução da mortalidade infantil, o que aponta para desafios persistentes na ampliação e qualificação da rede de atenção à saúde da criança. Esse comportamento pode estar ligado à elevada pressão sobre o sistema de saúde metropolitano e à desigualdade no acesso a serviços entre os municípios da RI (Gráfico 5).

O estado do Pará também apresentou estabilidade, com a taxa oscilando entre 14,6 e 15 por mil nascidos vivos no intervalo analisado.



Essa persistência em patamares elevados, semelhantes aos observados em países em desenvolvimento, reforça a necessidade de políticas públicas robustas voltadas à primeira infância, em especial nas áreas mais afastadas da capital, onde o acesso aos serviços de saúde pode ser mais precário. A estabilidade estadual, em contraste com a queda observada em Benevides, evidencia desigualdades territoriais no desempenho do sistema de saúde (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Benevides x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 9 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

O número de médicos por 10 mil habitantes em Benevides apresentou variação significativa no período. O município partiu de um patamar muito baixo, com apenas 3,2 médicos por 10 mil habitantes em 2019, subiu rapidamente até atingir 6,3 em 2021, mas caiu novamente para 4 em 2023. Essa oscilação revela fragilidade na manutenção da força de trabalho médica, possivelmente associada à rotatividade, à ausência de políticas locais de fixação de profissionais ou à dependência de programas federais como o Mais

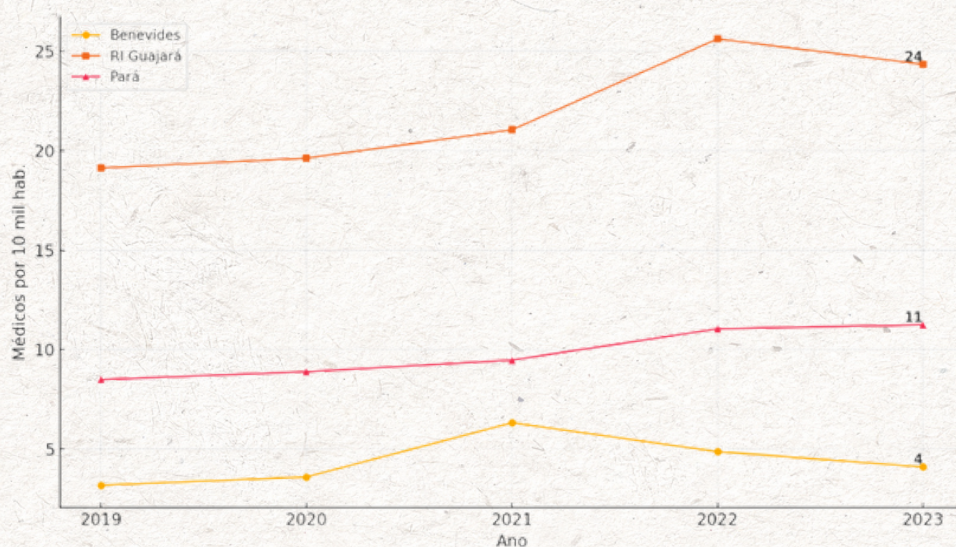
Médicos (Gráfico 6).

Na Região de Integração Guajará, o cenário é mais positivo e estável. A RI partiu de 19,1 médicos por 10 mil habitantes em 2019 e cresceu de forma contínua até alcançar 25,5 em 2022, encerrando 2023 com leve queda, em 24. Esse número é considerado alto para os padrões nacionais, o que indica uma melhor estrutura hospitalar e capacidade de atração e retenção de médicos na região metropolitana, sobretudo em Belém, que concentra equipamentos e instituições de ensino na área da saúde (Gráfico 6).



O estado do Pará, por sua vez, também apresentou crescimento no indicador, passando de 8,4 médicos por 10 mil habitantes em 2019 para 11 em 2023. Ainda que o avanço tenha sido mais modesto do que na RI Guajará, ele revela uma tendência de fortalecimento gradual da cobertura médica no estado. Entretanto, a disparidade entre o Pará e a RI Guajará reforça a desigualdade territorial no acesso a profissionais da saúde, especialmente nas regiões do interior, que enfrentam maiores dificuldades em atrair médicos e oferecer atendimento contínuo à população (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Benevides x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 4 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

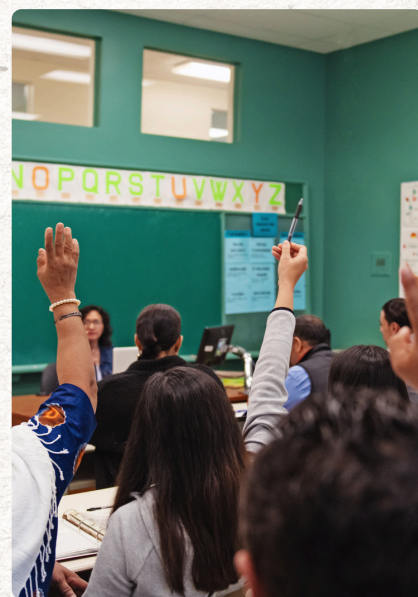
Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4**: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

O número de vagas no ensino público por mil habitantes em Benevides iniciou 2019 em um patamar elevado, com cerca de 240 vagas, mantendo-se estável até 2020. A partir de 2021, o município registrou queda contínua nesse indicador, atingindo 202 vagas por mil habitantes em 2023. Apesar de ainda estar acima da média estadual, essa redução pode indicar retração da oferta pública de educação, possível diminuição da população em idade escolar ou reestruturação das redes municipais e estaduais de ensino, afetadas por mudanças orçamentárias e os impactos da pandemia (Gráfico 7). Na Região de Integração Guajará, a quantidade de vagas também seguiu tendência predominantemente

decrecente ao longo do período.

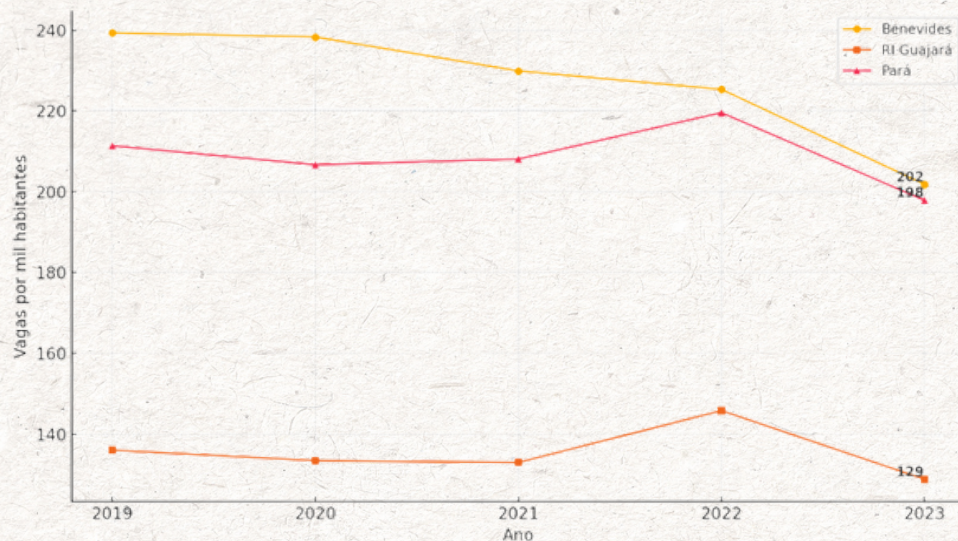
O indicador partiu de 136 vagas por mil habitantes em 2019 e caiu para 129 em 2023, com uma leve recuperação em 2022. Esse padrão aponta para um desafio mais persistente na ampliação da oferta de educação pública nos municípios da região metropolitana, o que pode refletir limitações de infraestrutura, escassez de docentes ou dificuldades de planejamento territorial (Gráfico 7). No estado do Pará como um todo, o indicador apresentou uma relativa estabilidade até 2021, seguida de um crescimento em 2022, com posterior queda para 198 vagas por mil habitantes em 2023. O comportamento sinaliza que, embora tenha havido



esforço de expansão da rede pública em meio à recuperação pós-pandemia, os níveis ainda não se consolidaram. Esse cenário evidencia a importância de políticas estruturais de financiamento e planejamento da oferta educacional, principalmente nas regiões mais vulneráveis do estado (Gráfico 7).



Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Benevides x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 202 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

O percentual de escolas com acesso à internet em Benevides cresceu de forma significativa e constante entre 2019 e 2023. O município saiu de 75,5% em 2019, alcançando 100% em 2023, o que representa universalização da conectividade nas unidades escolares. Esse avanço é extremamente relevante para o fortalecimento da educação digital e a ampliação do uso de tecnologias em sala de aula, além de ser um indicador de melhoria na infraestrutura educacional e na capacidade de integração pedagógica a recursos virtuais (Gráfico 8).

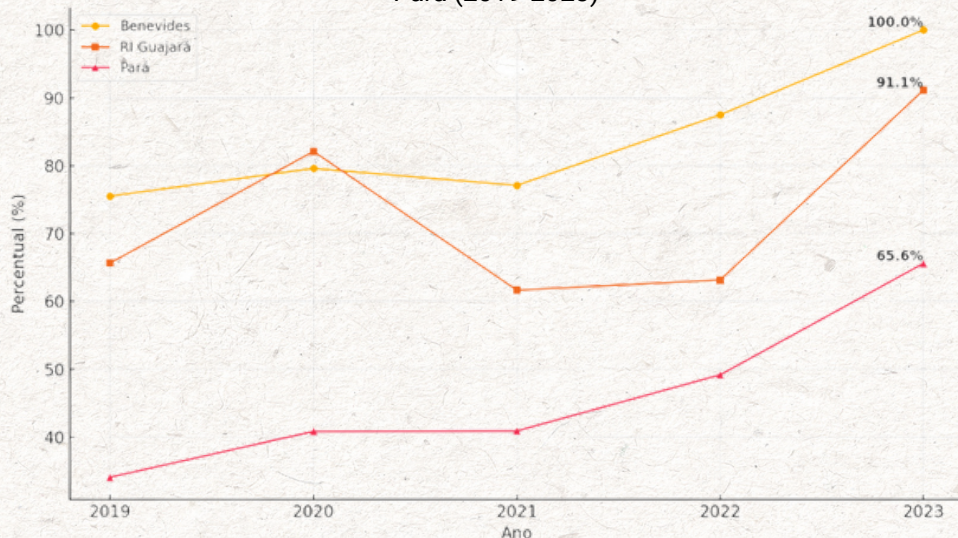
Na Região de Integração Guajará, o percentual também cresceu, mas com mais oscilação.

Em 2020, a região já havia ultrapassado Benevides (82,1%), mas caiu para 62,1% em 2021, recuperando-se e alcançando 91,1% em 2023. Essa instabilidade pode estar relacionada a dificuldades logísticas, descontinuidade de programas de conectividade ou mudanças nas gestões municipais. Ainda assim, o dado mais recente mostra um cenário promissor, com a maioria das escolas conectadas e com potencial para avanço rumo à universalização (Gráfico 8).

No estado do Pará, a evolução foi mais gradual e partiu de um patamar bem mais baixo. Em 2019, apenas 33,9% das escolas estavam conectadas, e esse número subiu para 65,6% em 2023.

Apesar de expressiva, a cobertura ainda é limitada, evidenciando desigualdades regionais no acesso à infraestrutura tecnológica nas escolas, especialmente nas áreas rurais e remotas. O avanço, no entanto, indica que os investimentos em conectividade escolar estão sendo efetivos e devem continuar sendo priorizados como estratégia para ampliar a equidade e a qualidade da educação pública no estado (Gráfico 8).

Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Benevides x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 100%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros



Em Benevides, o número de casos de violência contra a mulher praticada por parceiros apresentou baixos índices em todo o período, com um valor inicial de 7,7 casos por 100 mil habitantes em 2019, redução a zero em 2020 e posterior oscilação leve até 4 em 2023. Embora os números pareçam positivos, é importante considerar a possibilidade de subnotificação, especialmente em municípios menores, onde barreiras culturais e institucionais podem dificultar a denúncia. O aumento sutil a partir de 2020 pode indicar uma melhora na visibilidade dos casos, com maior acesso a canais de denúncia e serviços de apoio (Gráfico 9).

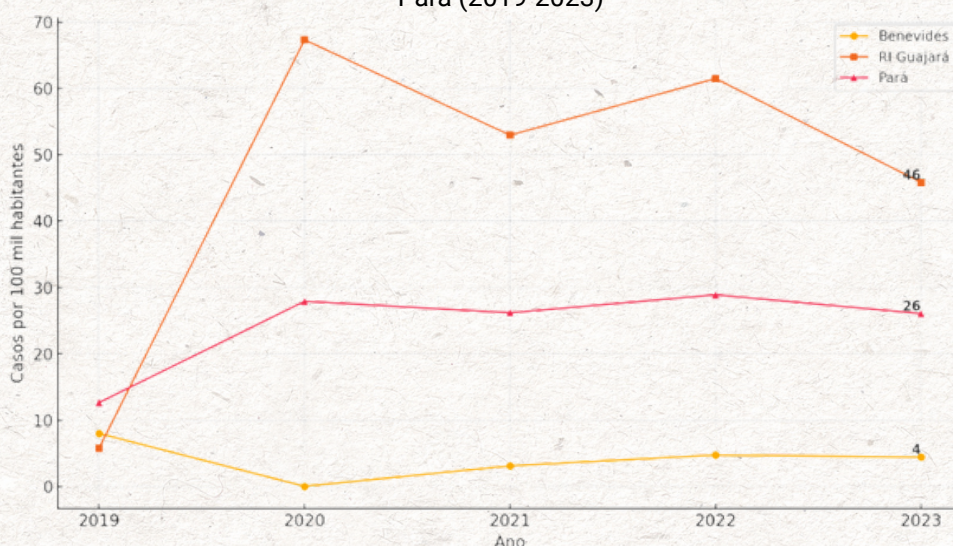
Na Região de Integração Guajará, o comportamento foi muito mais expressivo e volátil. O número de casos saltou drasticamente de 6 em 2019 para 67,3 em 2020, o que pode refletir tanto o impacto da pandemia – período no qual o isolamento aumentou a vulnerabilidade de mulheres em relacionamentos abusivos – quanto um avanço nos mecanismos de notificação e enfrentamento à violência.

A partir de 2021, houve redução progressiva, chegando a 46 casos por 100 mil em 2023, ainda assim mantendo-se em patamares elevados (Gráfico 9).

No estado do Pará, os dados mostram uma trajetória de crescimento até 2022, partindo de 13 casos por 100 mil habitantes em 2019 para 28,8 em 2022, com leve redução para 26 em 2023. Esse aumento gradual ao longo dos a-

nos pode estar relacionado à consolidação de políticas públicas voltadas ao combate à violência doméstica, como a ampliação da rede de proteção, delegacias especializadas e campanhas de conscientização. A queda em 2023 sinaliza possível efeito dessas ações, mas o nível ainda elevado exige atenção contínua por parte do poder público (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Benevides x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 4 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

O percentual de cargos gerenciais ocupados por mulheres em Benevides apresentou um crescimento consistente ao longo do período analisado. Em 2019, o indicador estava em 38,4% e, apesar de uma leve queda para 36,3% em 2020, houve uma retomada significativa nos anos seguintes, culminando em 44,6% em 2023. Esse avanço representa uma tendência positiva de inserção feminina em posições de liderança, sugerindo maior equidade de gênero no mercado de trabalho formal do município (Gráfico 10).

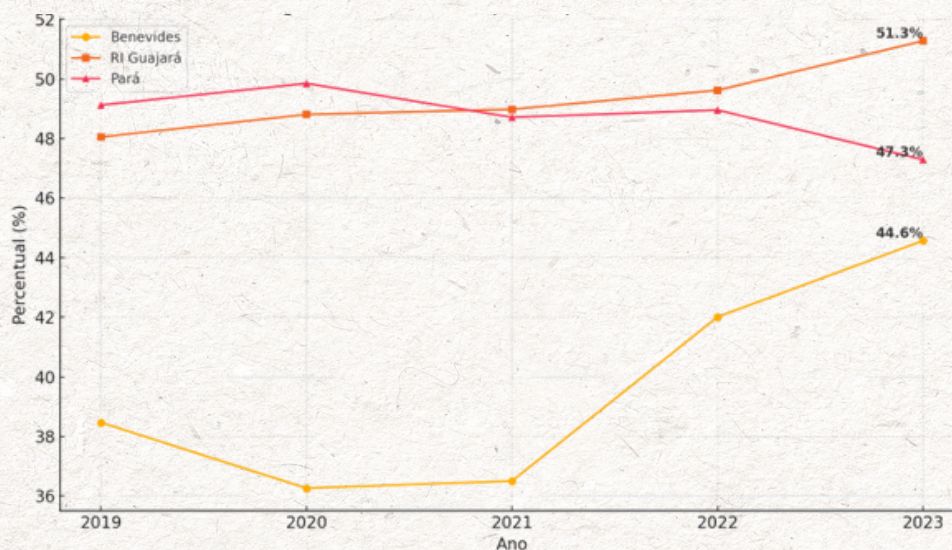


Na Região de Integração Guajará, o percentual manteve-se em níveis elevados e com tendência de crescimento gradual. Começou em 48% em 2019 e chegou a 51,3% em 2023, superando a marca da paridade. Esse dado é expressivo, pois indica que as mulheres já ocupam, proporcionalmente, mais da metade das funções gerenciais na região, o que pode estar relacionado à presença de centros urbanos mais desenvolvidos, maior qualificação profissional feminina e políticas públicas de equidade mais consolidadas (Gráfico 10).

No estado do Pará, o comportamento foi

relativamente estável, com pequenas oscilações entre 48,9% e 49,8% até 2022, mas com leve recuo para 47,3% em 2023. Apesar da ligeira queda no último ano, o estado mantém um patamar elevado de ocupação feminina em cargos de liderança, demonstrando avanços importantes na igualdade de gênero. Contudo, é essencial garantir a manutenção dessa trajetória por meio de políticas de incentivo à liderança feminina e combate à discriminação no ambiente de trabalho, especialmente fora dos grandes centros urbanos (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Benevides x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 44,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

Ao longo do período analisado, Benevides apresenta um crescimento tímido, mas contínuo, no percentual da população de baixa renda com acesso à coleta de esgoto, partindo de 3% em 2019 e atingindo 6,3% em 2023. Apesar do avanço, os números seguem bastante inferiores aos da Região de Integração Guajará (RI Guajará) e do estado do Pará como um todo. Na RI Guajará, o crescimento foi expressivo, saindo de 27,3% em 2019 para 42,8% em 2023, o que demonstra políticas públicas mais robustas e abrangentes para a ampliação do saneamento básico nessa escala territorial (Gráfico 11).

O estado do Pará também mostra evolução positiva no indicador, passando de 7,1% em 2019 para 11,5% em 2023. Ainda que os índices permaneçam baixos, a trajetória ascendente sinaliza esforços estruturantes em ampliação da cobertura de esgotamento sanitário voltado às populações mais vulneráveis. Vale destacar que, mesmo com a melhora, os dados indicam grandes desigualdades regionais e a urgência de ações voltadas à

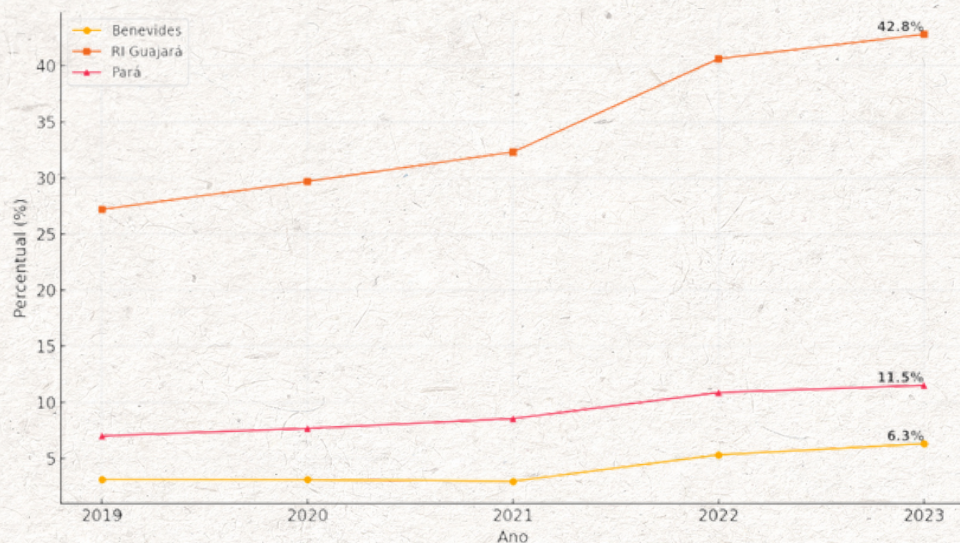
universalização do serviço, sobretudo em municípios com histórico de baixa cobertura como Benevides (Gráfico 11).

A discrepância entre os níveis territoriais sugere que Benevides enfrenta maiores entraves institucionais, técnicos ou financeiros para promover a coleta de esgoto entre as populações de baixa renda. O ritmo lento de expansão, ainda abaixo de 10% da cobertura em 2023, evidencia a necessidade de planejamento mais incisivo



e financiamento adequado. O alinhamento com políticas estaduais e regionais pode ser uma via eficaz para acelerar os avanços nesse setor essencial à saúde pública e à dignidade das famílias (Gráfico 11).

Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Benevides x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 6,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

O município de Benevides apresentou uma trajetória ascendente no gasto per capita com saneamento básico, saindo de R\$ 1,17 em 2019 para R\$ 37,08 em 2023. Apesar de o crescimento ter sido significativo, os valores ainda estão muito abaixo dos verificados na RI Guajará (R\$ 291,12) e no estado do Pará (R\$ 137,12) no último ano da série. Esse dado sugere que, embora haja maior priorização do tema em âmbito municipal nos anos mais recentes, os investimentos ainda não acompanham a escala necessária para enfrentar os déficits acumulados (Gráfico 12).

A RI Guajará teve picos importantes, com destaque para 2022, quando o gasto por habi-

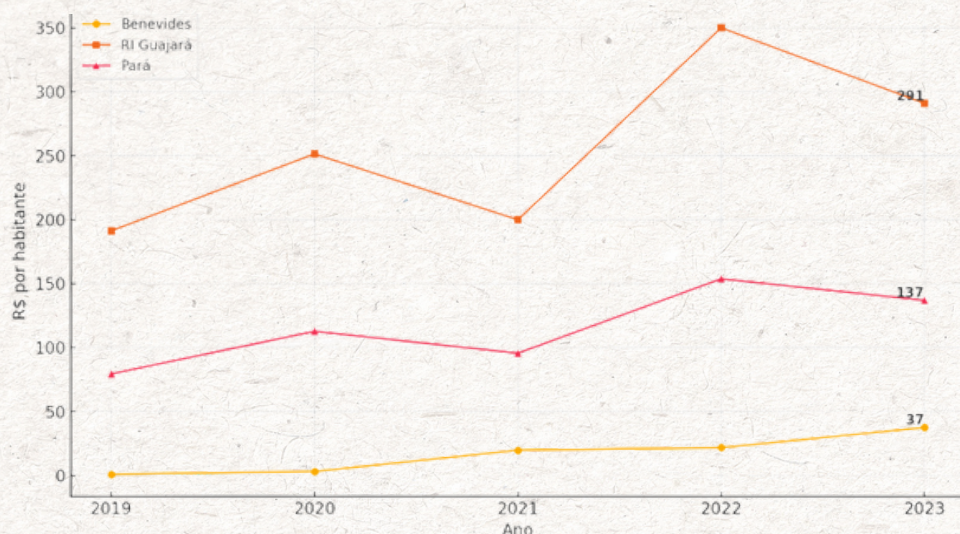
tante chegou a R\$ 351,15, refletindo possivelmente aportes extraordinários ou políticas específicas para ampliação da infraestrutura sanitária. O estado do Pará também seguiu essa tendência, embora em patamar inferior, com um aumento expressivo de recursos entre 2021 e 2022. Essa oscilação, apesar de positiva em alguns anos, aponta para a necessidade de maior regularidade e previsibilidade nos investimentos (Gráfico 12).

A correlação entre os baixos gastos históricos em Benevides e o também limitado acesso da população de baixa renda à coleta de esgoto torna evidente como o financiamento influencia diretamente a cobertura e a qualidade dos

serviços. A elevação recente dos aportes é um indicativo promissor, mas insuficiente diante do cenário desafiador. A adoção de estratégias de regionalização, parcerias e captação de recursos federais ou estaduais pode ser determinante para transformar essa realidade de forma mais célere e eficaz (Gráfico 12).



Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Benevides x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 37/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)



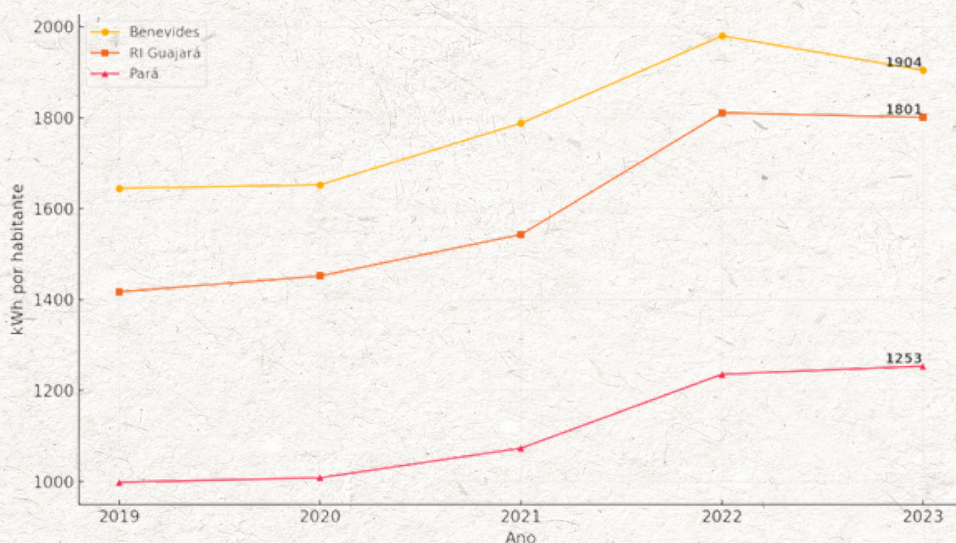
O consumo de energia elétrica per capita em Benevides apresentou trajetória de crescimento entre 2019 e 2022, passando de aproximadamente 1.640 kWh/hab. em 2019 para um pico de cerca de 1.980 kWh/hab. em 2022. Esse aumento expressivo pode refletir tanto a ampliação do acesso à energia elétrica quanto o crescimento do consumo residencial e comercial. A Região de Integração do Guajará seguiu tendência semelhante, embora em patamar inferior, atingindo 1.801 kWh/hab. no último ano da série (Gráfico 13).

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

Em 2023, nota-se leve recuo no consumo per capita em Benevides, para 1.904 kWh/hab., o que pode indicar efeitos de políticas de racionalização energética ou alteração de padrões de consumo. Apesar dessa ligeira retração, o município permanece significativamente acima da média estadual, que em 2023 foi de 1.253 kWh/hab., revelando um acesso mais consolidado à infraestrutura energética em Benevides e sua RI (Gráfico 13).

A comparação regional evidencia desigualdades no consumo de energia, sugerindo maior urbanização e demanda nos centros mais desenvolvidos. A ampliação do acesso e a elevação da média estadual ao longo do período refletem avanços estruturais, mas também indicam que ainda há disparidades a serem superadas, sobretudo nas áreas mais vulneráveis do estado (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Benevides x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1.904 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

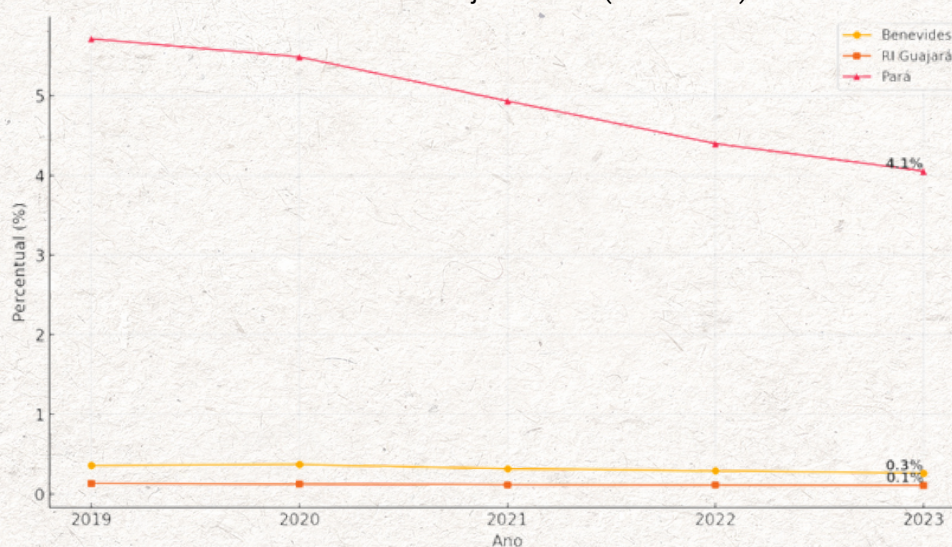
O percentual de domicílios de baixa renda que ainda utilizam fontes fósseis de iluminação (como lamparinas a querosene) em Benevides manteve-se em patamar muito baixo ao longo do período analisado, partindo de 0,3% em 2019 e mantendo esse índice com pequenas variações até 2023. Esse dado sugere que praticamente toda a população de baixa renda do município já está integrada à rede elétrica, o que é um importante indicativo de inclusão social e infraestrutura básica (Gráfico 14).

Na Região de Integração do Guajará, o indicador também se manteve estável e baixo, em torno de 0,1% ao longo de todo o período, corroborando o diagnóstico de elevado grau de eletrificação urbana nessa área. Em contrapartida, o estado do Pará apresentou percentuais significativamente mais altos, com queda progressiva de 5,7% em 2019 para 4,1% em 2023, o que ainda evidencia desigualdades regionais marcantes em termos de acesso à energia (Gráfico 14).

Essa diferença revela o contraste entre centros urbanos mais consolidados e áreas rurais ou isoladas que enfrentam limitações no fornecimento de energia. O desempenho de Benevides nesse indicador é positivo e alinhado com metas de universalização do acesso à energia, reforçando a importância de políticas públicas direcionadas à redução das assimetrias no território paraense (Gráfico 14).



Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Benevides x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

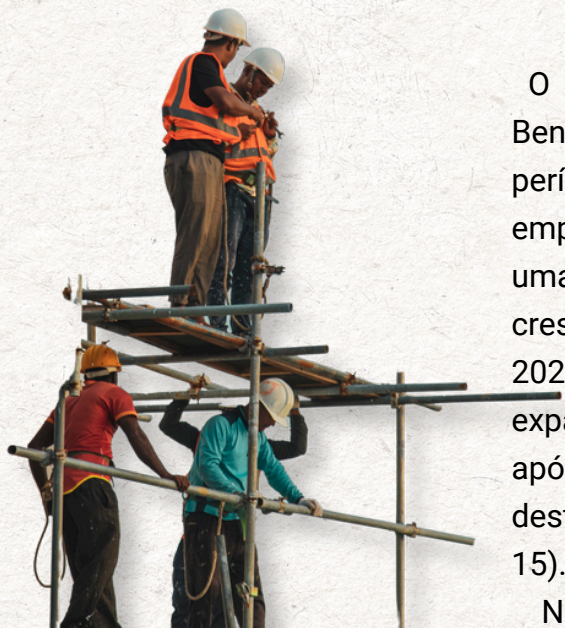
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



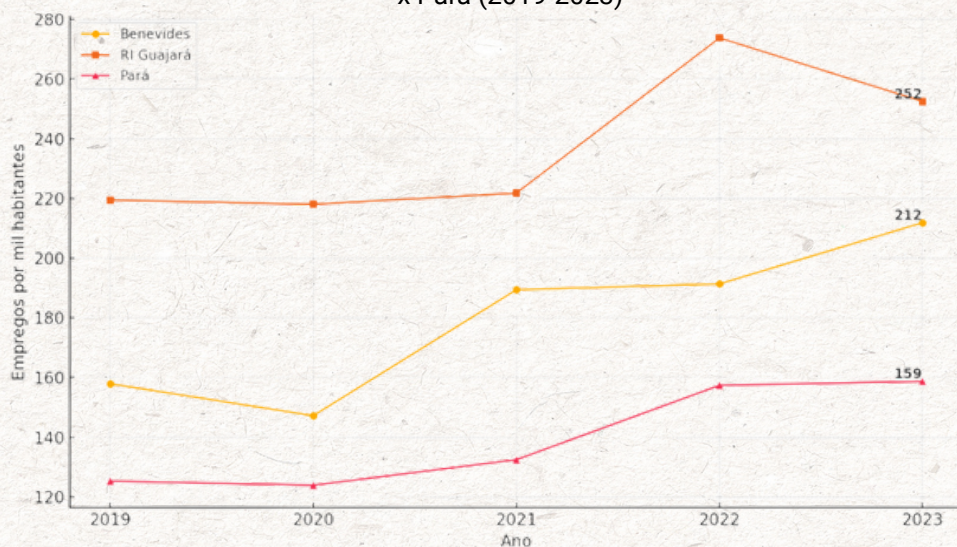
Empregos Formais por Mil Habitantes

O indicador “Empregos Formais por Mil Habitantes” em Benevides apresentou um crescimento significativo no período de 2019 a 2023. O município partiu de 158 empregos formais por mil habitantes em 2019, enfrentou uma leve retração em 2020, mas passou por um crescimento expressivo a partir de 2021, atingindo 212 em 2023. Essa trajetória demonstra uma recuperação e expansão do mercado de trabalho formal local, sobretudo após o impacto inicial da pandemia da COVID-19, com destaque para o salto ocorrido entre 2020 e 2021 (Gráfico 15).

Na Região de Integração Guajará, o comportamento foi semelhante, mas com valores mais elevados ao longo do período. Em 2022, atingiu seu pico de 274 empregos por mil habitantes, o maior dentre os três recortes analisados, sinalizando sua importância como polo econômico regional. No entanto, houve uma ligeira retração em 2023, chegando a 252. Esse recuo, embora modesto, pode refletir ajustes no mercado de trabalho regional, sem necessariamente comprometer a tendência geral de crescimento (Gráfico 15).

Já o estado do Pará também seguiu uma trajetória de alta, embora com uma base menor. O índice passou de 125 em 2019 para 159 em 2023, revelando um fortalecimento progressivo do emprego formal em escala estadual. A curva ascendente, ainda que mais suave, é positiva e indica uma expansão paulatina da formalização no mercado de trabalho paraense, que pode estar associada a políticas de incentivo à regularização trabalhista e ao desempenho de setores estratégicos da economia estadual (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Benevides x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 212 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

PIB per capita

O indicador “PIB per capita” em Benevides mostrou uma trajetória de crescimento expressiva entre 2018 e 2022, com o valor partindo de aproximadamente R\$ 25.800 em 2018 e atingindo R\$ 31.809 em 2022. Houve uma pequena queda em 2019, mas a partir de 2020 observa-se uma recuperação robusta e contínua, com o maior salto ocorrendo entre 2020 e 2021. Esse crescimento pode estar associado à ampliação de atividades econômicas formais e ao aumento da produtividade local, refletindo também possí-



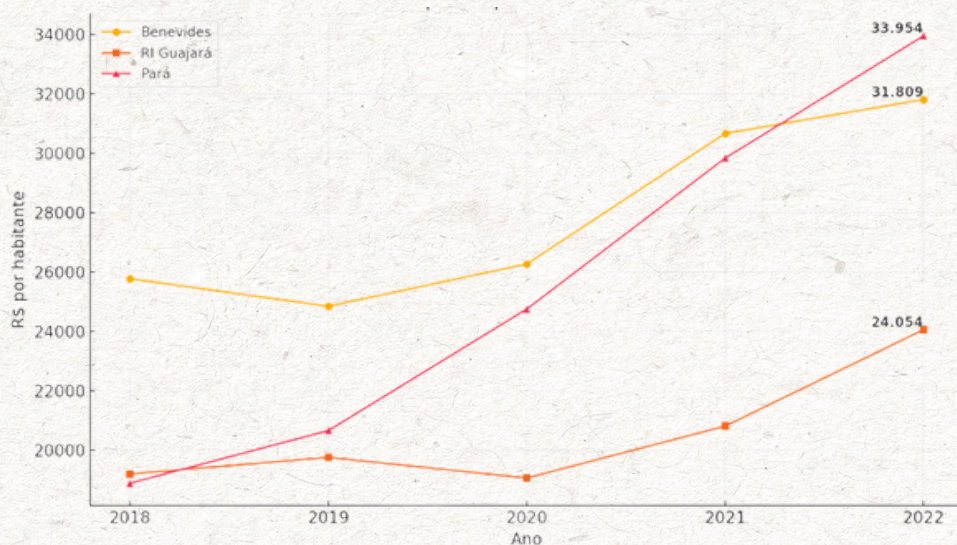
vel reestruturação econômica pós-pandemia (Gráfico 16).

Na Região de Integração Guajará, o PIB per capita manteve-se inferior ao de Benevides e a-

presentou oscilações mais acentuadas. Após um crescimento entre 2018 e 2019, observou-se uma queda em 2020 e um novo avanço nos dois anos seguintes, chegando a R\$ 24.054 em 2022. A instabilidade inicial pode ter refletido impactos setoriais da pandemia, enquanto a recuperação aponta para uma retomada econômica concentrada em determinados municípios da região, ainda que o valor permaneça distante dos patamares registrados em Benevides e no estado (Gráfico 16).

O estado do Pará, por sua vez, apresentou o desempenho mais dinâmico entre os três níveis territoriais. O PIB per capita do estado praticamente dobrou no período, saindo de R\$ 19.000 em 2018 e alcançando R\$ 33.954 em 2022. Esse crescimento impressionante sugere ganhos expressivos de produtividade e valorização de setores de grande peso na economia estadual, como mineração e energia. A trajetória revela que, mesmo com disparidades regionais, o Estado do Pará vem vivenciando uma transformação econômica relevante nos últimos anos (Gráfico 16).

Gráfico16 - PIB per capita, Benevides x RI Guajará x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 31.809/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiente.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.

Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



Entre 2018 e 2022, o percentual do Valor Adicionado da Indústria em relação ao PIB no município de Benevides apresentou trajetória descendente. Em 2018, o indicador estava em torno de 28,5%, mas caiu progressivamente até alcançar 21,2% em 2022. Isso indica uma redução relativa da participação do setor industrial na economia local, contrastando com o crescimento acentuado observado no estado do Pará, que passou de 28,3% para 45% no mesmo período. A Região de Integração Guajará manteve-se praticamente estável, oscilando em torno de 12% a 13%, revelando uma estrutura produtiva menos dependente da indústria (Gráfico 17).

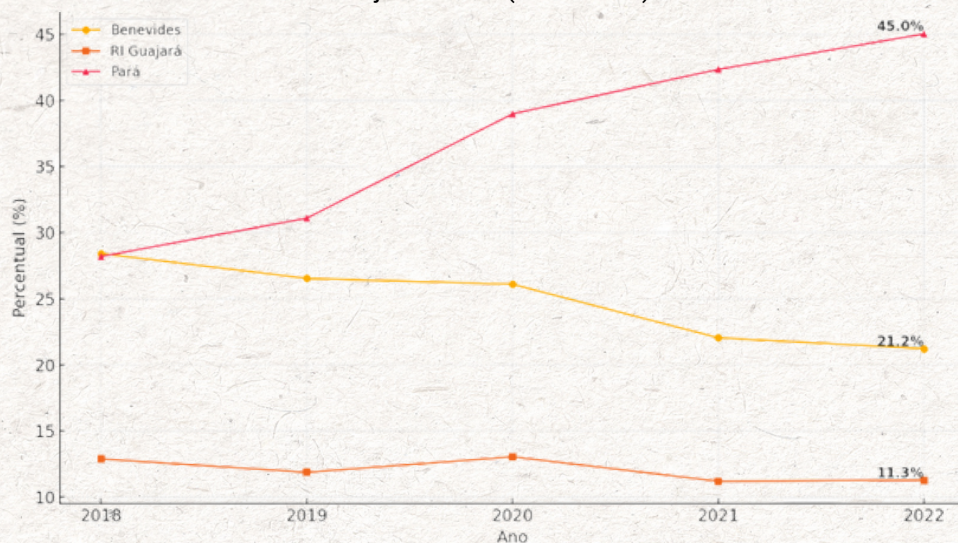
Essa diminuição em Benevides pode refletir uma mudança na composição do PIB municipal, com crescimento de outros setores, como serviços ou agropecuária, ou ainda um encolhimento efetivo da atividade industrial local. É relevante observar que esse comportamento está na contramão da tendência estadual, onde o crescimento do setor industrial pode estar atrelado ao avanço de grandes projetos minerais e industriais de escala regional. A RI Guajará, apesar da estabilidade, mantém participação inferior tanto ao estado quanto ao município, evidenciando uma estrutura produtiva menos industrializada (Gráfico 17).

A divergência entre o compor-

tamento municipal e estadual reforça a importância de estratégias locais para estímulo à industrialização, especialmente em municípios com potencial logístico como Benevides. Incentivos fiscais, melhoria de infraestrutura e integração com cadeias produtivas regionais poderiam auxiliar na reversão dessa tendência de queda. Além disso, seria necessário aprofundar a análise das causas estruturais e conjunturais que levaram à retração industrial local, visando uma abordagem mais eficaz no planejamento do desenvolvimento econômico (Gráfico 17).



Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Benevides x RI Guajará x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 21,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Já o indicador de Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, no período de 2019 a 2023, revela uma relativa estabilidade em Benevides, embora com oscilações. O município iniciou o período com cerca de 10 profissionais por 100 mil habitantes em 2019, caiu para 8 em 2020, apresentou pico de 14 em 2021 e encerrou 2023 com o mesmo patamar de 10 profissionais.



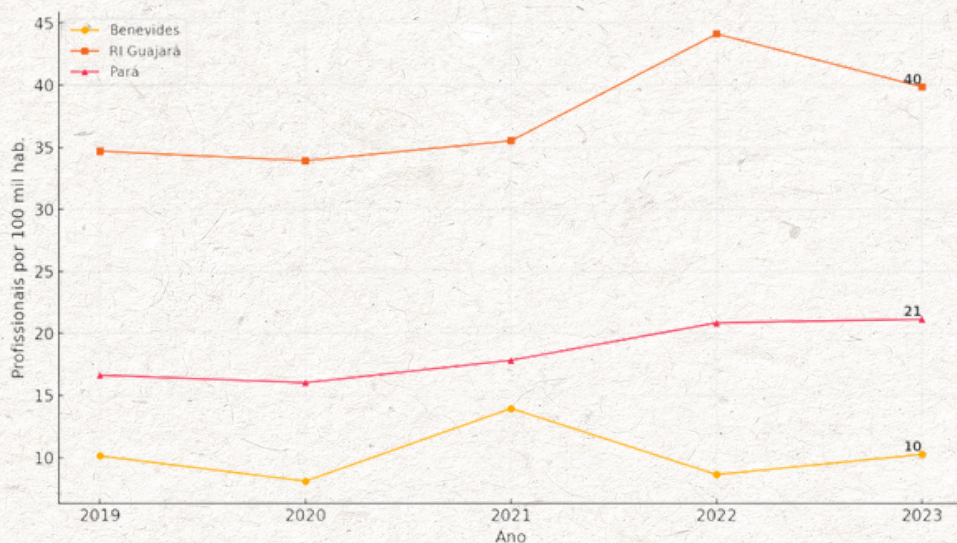
A variação demonstra limitações no crescimento sustentado da presença científica, possivelmente associadas à ausência de centros de pesquisa, universidades ou incentivos à formação e retenção de talentos científicos na região (Gráfico 18).

Na comparação com a RI Guajará e o estado do Pará,

Benevides apresenta números inferiores. A RI Guajará manteve-se consistentemente acima dos 34 profissionais por 100 mil habitantes, alcançando 40 em 2023, enquanto o estado do Pará cresceu de 16,6 em 2019 para 21,2 em 2023. Esses dados evidenciam que, apesar de estar na Região Metropolitana de Belém, o município ainda carece de mecanismos eficazes para atrair e fixar mão de obra qualificada em ciência e tecnologia. Isso pode limitar sua capacidade de inovação e competitividade em setores estratégicos (Gráfico 18).



Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Benevides x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Diante disso, políticas públicas locais que incentivem a criação de polos de ciência e tecnologia, parcerias com instituições de ensino superior, oferta de bolsas de pesquisa e programas de incentivo à inovação podem ser fundamentais para ampliar esse indicador. O fortalecimento da presença científica local não apenas contribui para o desenvolvimento econômico e social, como também pode fomentar a diversificação produtiva e o surgimento de novos setores de base tecnológica no município (Gráfico 18).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 10 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles



Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

De 2019 a 2022, o município de Benevides apresentou relativa estabilidade na massa salarial dos vínculos formais em relação ao PIB, oscilando levemente entre 1,5% e 1,4% nos três primeiros anos, e subindo para 1,7% em 2022. Esse aumento, embora modesto, pode refletir uma recuperação econômica pós-pandemia ou aumento do número de vínculos formais ou da remuneração média desses vínculos. Ainda assim, o percentual permanece relativamente baixo, o que pode indicar uma economia local com participação limitada do emprego formal de maior rendimento (Gráfico 19).

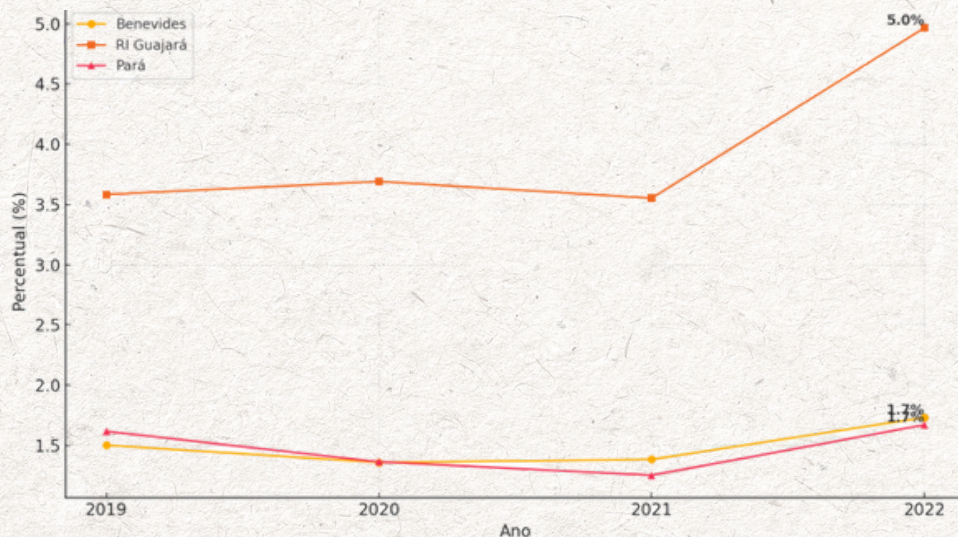
Na Região de Integração Guajará, o comportamento do indicador foi mais expressivo.

O percentual iniciou em 3,6% em 2019, manteve-se relativamente estável até 2021, e saltou para 5,0% em 2022, sinalizando um fortalecimento importante do mercado formal na região. Essa elevação pode estar atrelada a políticas públicas de estímulo ao emprego, formalização de postos de trabalho ou crescimento setorial com maior remuneração agregada. Esse avanço reforça o papel da RI Guajará como polo atrativo para vínculos formais mais robustos na estrutura produtiva regional (Gráfico 19).

Já o estado do Pará teve desempenho semelhante ao de Benevides, com valores baixos e flutuação limitada: caiu de 1,6% em 2019 para 1,2% em

2021, e depois voltou a subir para 1,7% em 2022. Isso demonstra que, apesar do leve crescimento recente, a economia paraense como um todo ainda possui baixa incorporação da massa salarial formal em seu PIB, o que pode estar relacionado à informalidade predominante e à presença significativa de atividades com menor valor agregado. O avanço do indicador dependerá de estratégias que incentivem a formalização e a qualificação profissional no estado (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Benevides x RI Guajará x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

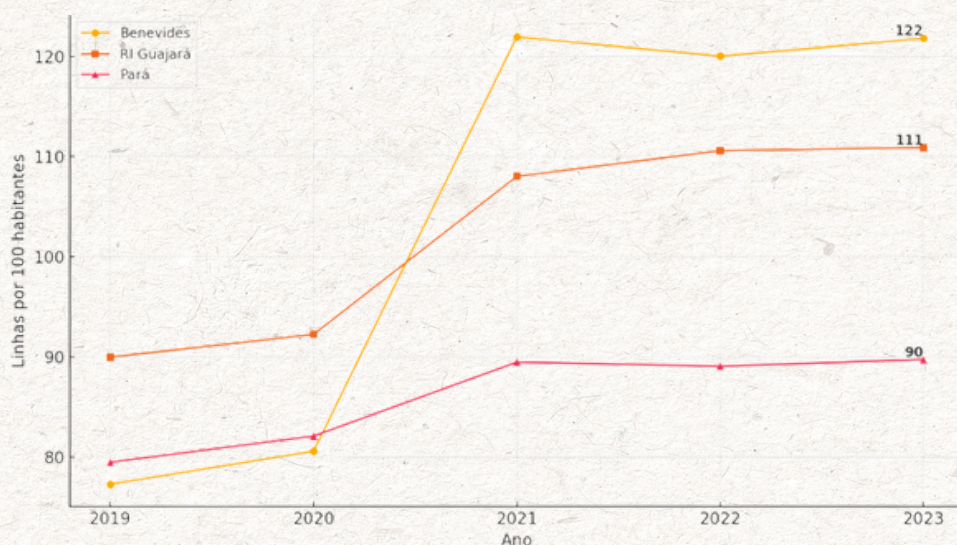
Entre 2019 e 2023, o indicador de “Acesso à Telefonia Móvel” em Benevides demonstrou um crescimento expressivo, sobretudo entre 2020 e 2021, quando o número de linhas por 100 habitantes saltou de 77 para 122. Esse avanço abrupto pode estar associado à ampliação das redes móveis e à crescente demanda por conectividade digital, impulsionada pelo contexto da pandemia. Após esse pico, o indicador manteve-se relativamente estável, encerrando 2023 no mesmo patamar de 2021, sinalizando consolidação no acesso à telefonia móvel (Gráfico 20).

No mesmo período, a Região de Integração Guajará apresentou trajetória de crescimento contínuo, porém mais moderada. Partindo de cerca de 90 linhas por 100 habitantes em 2019, chegou a 111 em 2023. Essa evolução gradual indica expansão da infraestrutura e da cobertura de serviços de telefonia na região, com possível penetração em áreas menos assistidas anteriormente. O comportamento do Pará seguiu tendência semelhante, saindo de cerca de 79 para 90 linhas por 100 habitantes, o que representa uma melhora no acesso estadual, ainda que em menor intensidade comparado ao município de Benevides (Gráfico 20).



A trajetória observada em Benevides, especialmente a partir de 2021, posiciona o município com acesso superior à média estadual e regional. Isso pode estar refletindo investimentos locais direcionados à infraestrutura de telecomunicações ou aumento expressivo do número de chips por pessoa, incluindo os usados em dispositivos de internet móvel. O patamar elevado atual, de 122 linhas por 100 habitantes, indica alta conectividade e pode contribuir para o fortalecimento de outros indicadores sociais e econômicos, como acesso à educação remota, serviços digitais e inclusão financeira (Gráfico 20).

Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Benevides x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 122 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental

No indicador “Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental”, Benevides apresentou uma oscilação significativa entre os anos de 2019 e 2023. Após começar com R\$ 35 por habitante em 2019, houve um forte aumento em 2020, atingindo R\$ 90, seguido de queda para R\$ 30 em 2021. Contudo, a partir de 2022 observou-se uma retomada expressiva, culminando em R\$ 125 em 2023 – o valor mais alto da série. Essa instabilidade pode refletir variações orçamentárias, redirecionamentos de políticas públicas ou respostas a contextos e-

mergenciais, como o enfrentamento à pandemia (Gráfico 21).

Já na Região de Integração Guajará, o indicador manteve valores mais baixos e estáveis ao longo do período, oscilando levemente entre R\$ 24 e R\$ 35 por habitante. O crescimento gradual indica um padrão de investimentos mais constante, ainda que limitado, na área de cultura e meio ambiente. O estado do Pará, por sua vez, partiu de R\$ 40 por habitante em 2019 e encerrou 2023 com R\$ 71, destacando-se também pelo crescimento gradual, mas consistente, a partir de 2021,

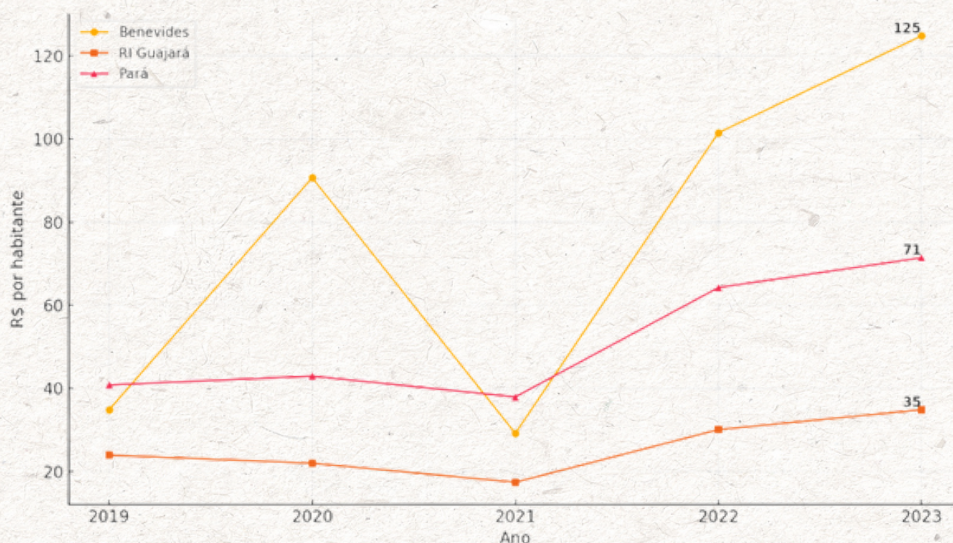
possivelmente refletindo maior atenção às políticas ambientais e culturais no pós-pandemia (Gráfico 21).

A disparada nos investimentos em Benevides, sobretudo em 2022 e 2023, o colocou bem acima da média estadual e regional, indicando uma priorização incomum nesses temas, ao menos no curto prazo. Esse destaque orçamentário pode estar vinculado à execução de projetos específicos, repasses extraordinários ou estratégias de valorização da cultura e sustentabilidade ambiental.

Se mantido, esse patamar de investimento pode representar uma oportunidade concreta de consolidação de políticas públicas estruturantes nesses setores no município (Gráfico 21).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 125/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 93/hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Benevides x RI Guajará x Pará (2019-2023)



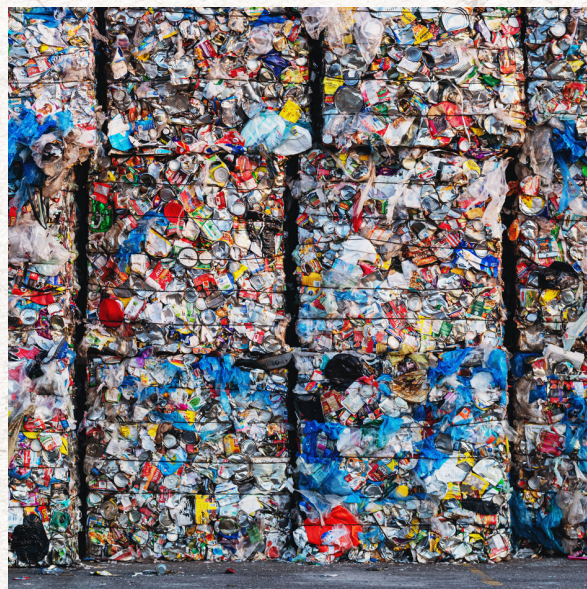
Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.



Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

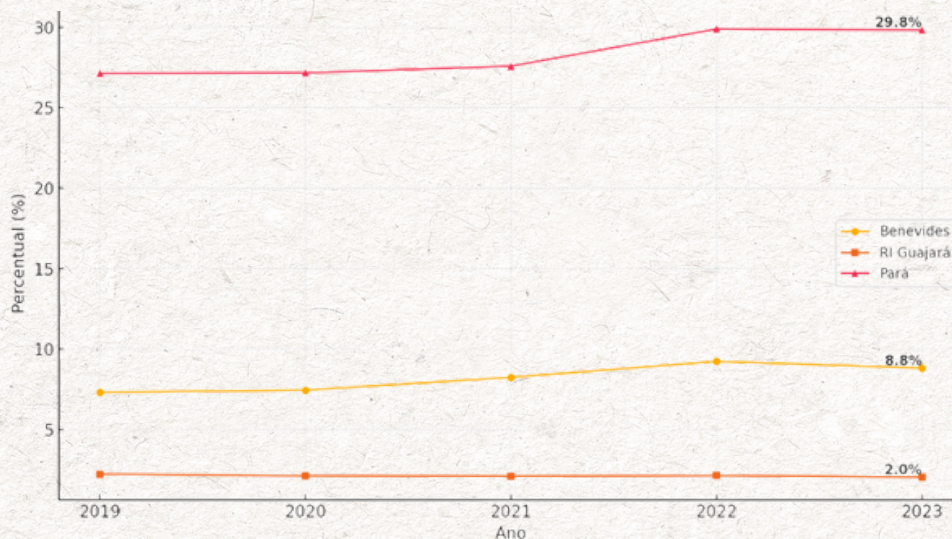
Entre os anos de 2019 e 2023, observa-se que o município de Benevides apresentou um crescimento gradual na proporção de pessoas de baixa renda que queimam ou enterram lixo, passando de cerca de 7,3% em 2019 para 8,8% em 2023. Esse crescimento, embora moderado, indica uma piora na gestão de resíduos sólidos domiciliares para essa faixa da população, sugerindo que as alternativas de coleta regular ainda não estão plenamente acessíveis a todos (Gráfico 22).

Na Região de Integração do Guajará, da qual Benevides faz parte, os valores permaneceram quase estáveis ao longo do período, oscilando em torno de 2%. Essa estabilidade em um patamar consideravelmente in-

ferior ao observado no município indica que Benevides possui uma realidade mais crítica em relação à queima ou enterro de lixo entre a população de baixa renda, destoando do comportamento regional (Gráfico 22).

No nível estadual, o cenário é ainda mais alarmante: o percentual da população de baixa renda que recorre a essas práticas passou de 27,1% em 2019 para 29,8% em 2023. Essa elevação expressiva reflete deficiências estruturais e políticas públicas insuficientes voltadas ao saneamento e à coleta de resíduos sólidos no estado, afetando diretamente os segmentos mais vulneráveis da população paraense (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Benevides x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 8,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

População de Baixa Renda com fossa rudimentar

No que se refere à utilização de fossas rudimentares pela população de baixa renda, Benevides apresentou crescimento contínuo entre 2019 e 2023, saindo de aproximadamente 2,0% para 3,5%. Embora esse percentual seja inferior aos níveis regional e estadual, o aumento progressivo sinaliza um retrocesso na cobertura de sistemas adequados de esgotamento sanitário no município, afetando diretamente a qualidade de vida e saúde pública da população mais carente (Gráfico 23).

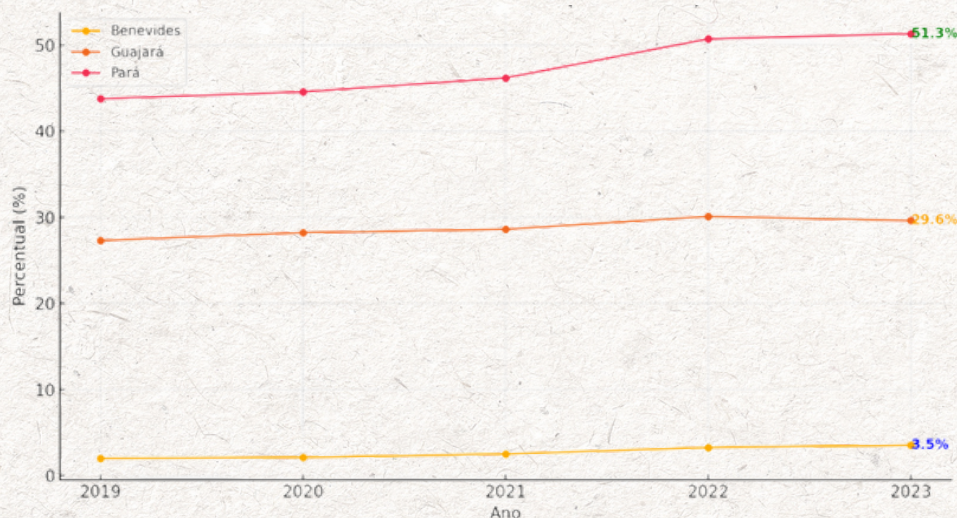
Na Região de Integração do Guajará, o indicador também

seguir uma tendência de crescimento, passando de 27,3% em 2019 para 29,6% em 2023. Esse comportamento demonstra que a precariedade no sistema de saneamento é um problema persistente e crescente na região metropolitana de Belém, com impacto direto sobre os domicílios de baixa renda que não possuem acesso a soluções seguras de esgoto (Gráfico 23).

O estado do Pará, por sua vez, exibe os maiores percentuais entre os três recortes territoriais, saltando de 44,0% em 2019 para 51,3% em 2023. Essa elevação reflete uma gra-

ve situação de vulnerabilidade sanitária, com mais da metade da população de baixa renda recorrendo a fossas rudimentares, o que representa um risco ambiental e de saúde pública de grandes proporções. A persistência e crescimento desse indicador reforçam a necessidade urgente de políticas estruturantes no setor de saneamento básico (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Benevides x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.

Gastos per capita com prevenção de desastres

Entre 2019 e 2023, o município de Benevides apresentou forte oscilação nos gastos per capita com prevenção de desastres. Em 2019, o valor era de aproximadamente R\$ 515 por habitante, seguido de um aumento em 2020, quando atingiu cerca de R\$ 635. No entanto, em 2021, houve uma queda brusca para pouco mais de R\$ 230. Esse recuo foi revertido de maneira expressiva em 2022, com um pico superior a R\$ 930, o maior do período analisado. Em 2023, os gastos diminuíram, mas ainda se

mantiveram altos, em torno de R\$ 722 por habitante, evidenciando uma retomada de atenção ao tema, embora com variações significativas ano a ano (Gráfico 24).

Na Região de Integração Guajará, da qual Benevides faz parte, os gastos apresentaram comportamento mais estável, embora em patamares inferiores aos do município. Em 2019, o valor estava em torno de R\$ 190, caindo gradualmente até 2021, com um mínimo de aproximadamente R\$ 160.

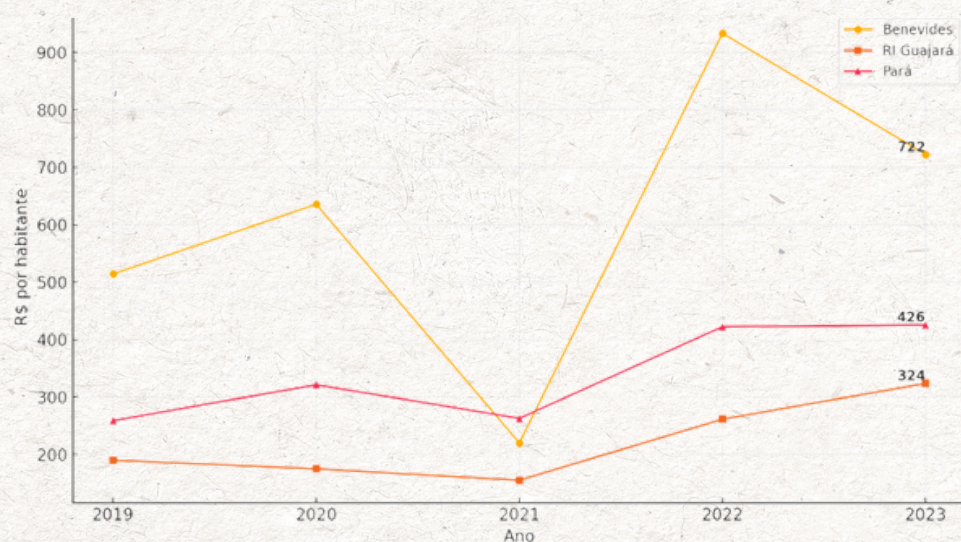


A partir de 2022, observou-se uma recuperação, com elevação para R\$ 260 e, em 2023, para R\$ 324. Essa tendência indica um esforço progressivo de incremento nos investimentos em prevenção de desastres, embora com menor intensidade e variação do que no município de Benevides (Gráfico 24). Quanto ao estado do

Pará como um todo, os dados revelam uma trajetória de crescimento moderado, com variações menos abruptas. Os gastos per capita passaram de R\$ 260 em 2019 para cerca de R\$ 320 em 2020, caindo para aproximadamente R\$ 260 em 2021. Em 2022, houve uma alta relevante, alcançando R\$ 426, valor que se manteve es-

tável em 2023. A consistência observada na trajetória estadual, especialmente a partir de 2022, sugere um fortalecimento das políticas públicas voltadas à prevenção de desastres, com um padrão mais contínuo e menos suscetível a oscilações bruscas como as verificadas em Benevides (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Benevides x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 722/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta foi alcançada.



ODS 14 VIDA NA ÁGUA

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

Despesa per capita com preservação aquática

Entre 2019 e 2023, o município de Benevides apresentou níveis extremamente baixos de despesa per capita com preservação aquática, oscilando entre valores próximos de zero até alcançar R\$ 3 por habitante em 2023. Essa trajetória demonstra uma quase ausência de investimentos significativos nessa área ao longo do período analisado, com uma ligeira elevação apenas no último ano, que ainda assim permanece muito aquém dos valores registrados em outras esferas territoriais. A falta de regularidade ou de saltos significativos sugere que a preservação aquática não foi prioridade or-

çamentária relevante no município nesse intervalo de tempo (Gráfico 25).

Na Região de Integração Guajará, a qual Benevides pertence, o padrão foi semelhante em termos de baixo investimento, embora com valores consistentemente um pouco superiores. Em 2020, a despesa per capita atingiu um pico de aproximadamente R\$ 12, reduzindo-se nos dois anos seguintes para cerca de R\$ 4, e

reduzindo-se nos dois anos seguintes para cerca de R\$ 4, e alcançando R\$ 11 por habitante em 2023.

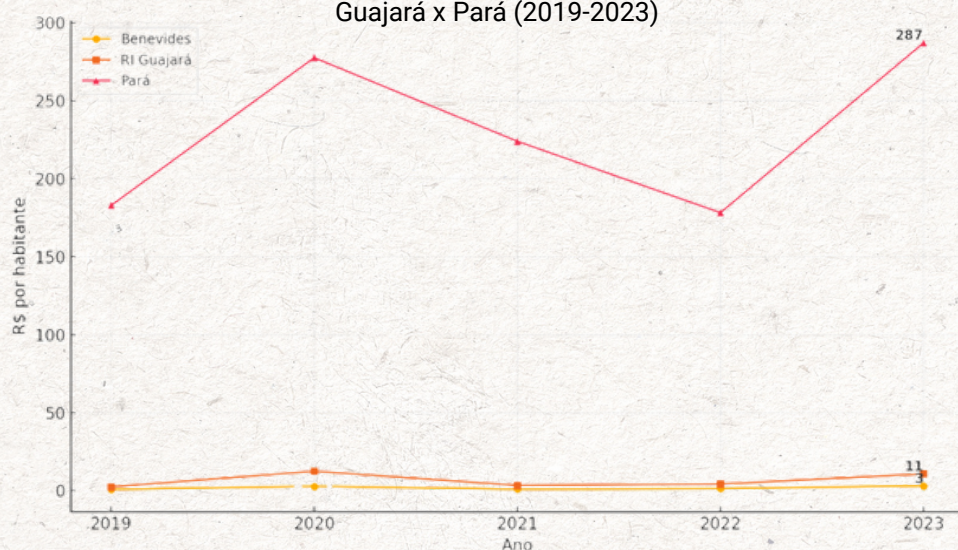
Apesar das flutuações, os dados indicam um esforço um pouco mais estruturado da RI em comparação com Benevides, ainda que os níveis permaneçam modestos e distantes de padrões robustos de política pública ambiental voltada à preservação dos recursos hídricos (Gráfico 25).





Já o estado do Pará apresentou um comportamento significativamente distinto, com investimentos muito superiores ao longo de todo o período. Em 2019, a despesa per capita já era de aproximadamente R\$ 183, subindo para cerca de R\$ 280 em 2020. Após uma leve queda nos anos seguintes, o indicador voltou a subir em 2023, atingindo o maior valor da série: R\$ 287 por habitante. A trajetória estadual evidencia uma política pública mais sólida e contínua voltada à preservação aquática, contrastando com a baixa prioridade observada nos níveis municipais e regionais (Gráfico 25).

Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Benevides x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 3/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

ODS15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.

Percentual da Área de Floresta em relação à área total

No município de Benevides, o percentual da área de floresta em relação à área total manteve-se praticamente estável entre 2019 e 2021, girando em torno de 29%, com uma leve oscilação positiva em 2022, quando chegou a 29,0% em 2023. Essa redução no último ano sinaliza uma perda de cobertura florestal, ainda que sutil, o que pode sugerir pressões sobre o uso do solo nesse território. A estabilidade inicial contrasta com a leve queda recente, apontando para uma tendência que merece atenção (Gráfico 26). Na Região de Integração Guajará, o indicador manteve-se praticamente constante de 2019 a 2021, em torno de 27%, com um aumento mais expressivo em 2022, atingindo 31,3%, se-

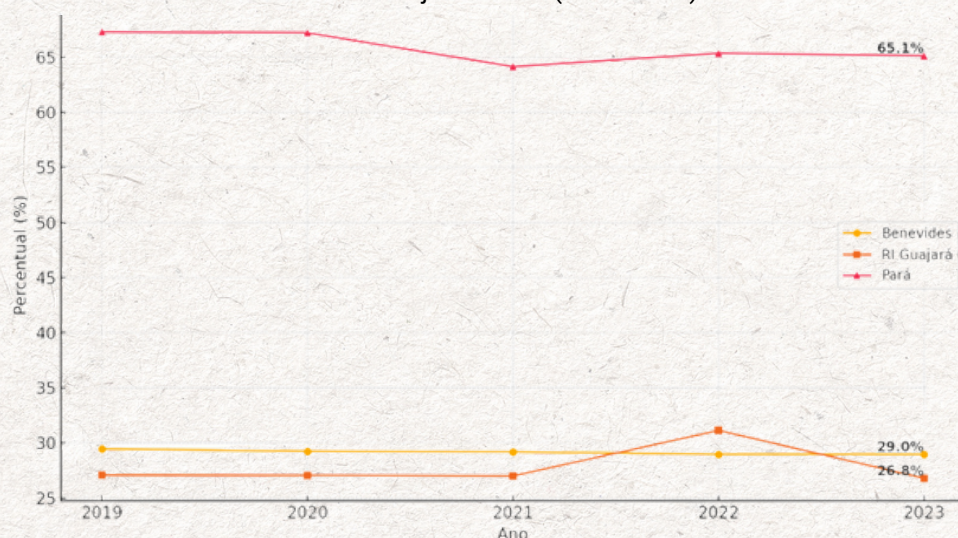
guido por queda para 26,8% em 2023. Essa oscilação pode indicar variações pontuais no monitoramento ou intervenções específicas naquele ano, mas o retorno ao patamar anterior demonstra ausência de uma política contínua de ampliação da cobertura florestal. O comportamento do indicador é, assim, marcado por uma



forte estabilidade e eventuais flutuações de curto prazo (Gráfico 26).

Já no estado do Pará, o percentual da área de floresta permaneceu consistentemente elevado, em torno de 65%, com leve variação de 67% em 2019 para 64,2% em 2021, e posterior recuperação parcial para 65,1% em 2023. Isso evidencia que, apesar das pressões econômicas e expansão de atividades produtivas, o estado ainda conserva uma significativa proporção de sua vegetação nativa. O padrão estadual contrasta com o observado em Benevides e na RI Guajará, cujos percentuais são menos da metade do registrado no Pará como um todo (Gráfico 26).

Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Benevides x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 29%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual da Área Desmatada em relação à área total

Em Benevides, o percentual da área desmatada manteve-se elevado e estável entre 2019 e 2022, variando discretamente entre 65,8% e 66,0%, com uma leve redução em 2023, para 65,6%. Essa constância sugere um cenário de desmatamento consolidado ao longo do tempo, com pouca ou nenhuma reversão efetiva da degradação ambiental no município. A tendência mostra que mais da metade do território segue sem cobertura florestal, o que pode comprometer o equilíbrio ecológico local e os serviços ambientais associados (Gráfico 27).

Na Região de Integração Guajará, o indicador permaneceu em torno de 38% até 2021, mas teve uma elevação abrupta

para 51,5% em 2022, retornando a 38,7% em 2023.

Essa forte oscilação indica um episódio específico de desmatamento significativo ou uma revisão metodológica pontual no ano de 2022. Apesar do retorno ao patamar anterior, a elevação momentânea sugere vulnerabilidades no controle ambiental e a possibilidade de reincidência, caso não haja ações de monitoramento e fiscalização permanentes (Gráfico 27).

Por fim, no estado do Pará, o percentual da área desmatada mostra um crescimento gradual e constante de 21,5% em 2019 para 23,2% em 2023. Embora esse crescimento pareça moderado, ele ocorre em um território de grande extensão,

o que representa, em termos absolutos, uma ampliação relevante da área desmatada.

O padrão estadual revela uma tendência de perda progressiva de cobertura vegetal, ainda que menos acentuada do que em Benevides e na RI Guajará, indicando a necessidade de fortalecimento das políticas de conservação e uso sustentável da terra (Gráfico 27).

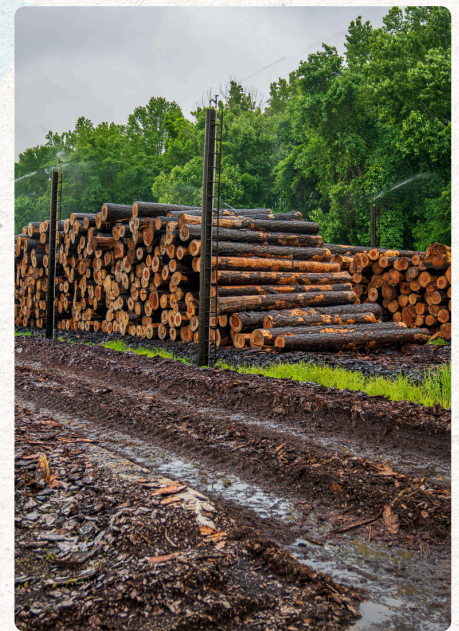
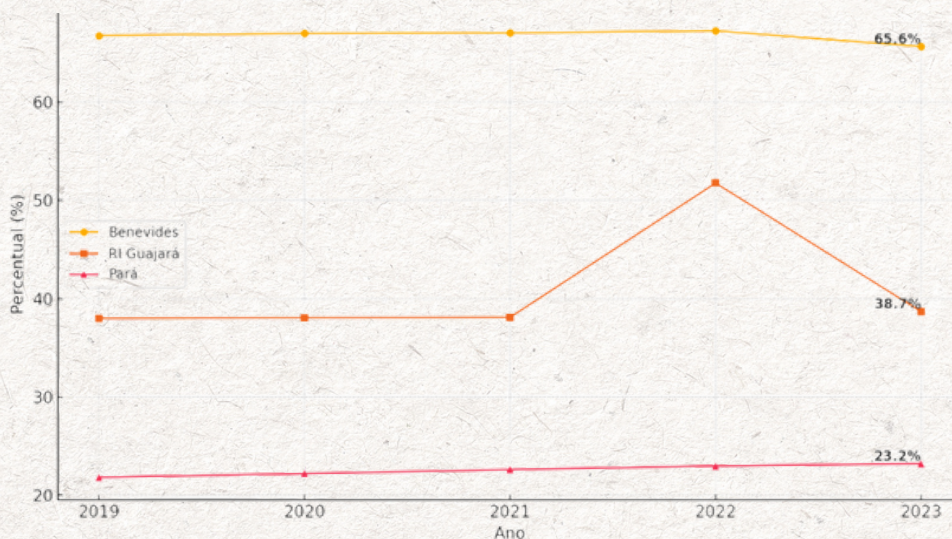


Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Benevides x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 65,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

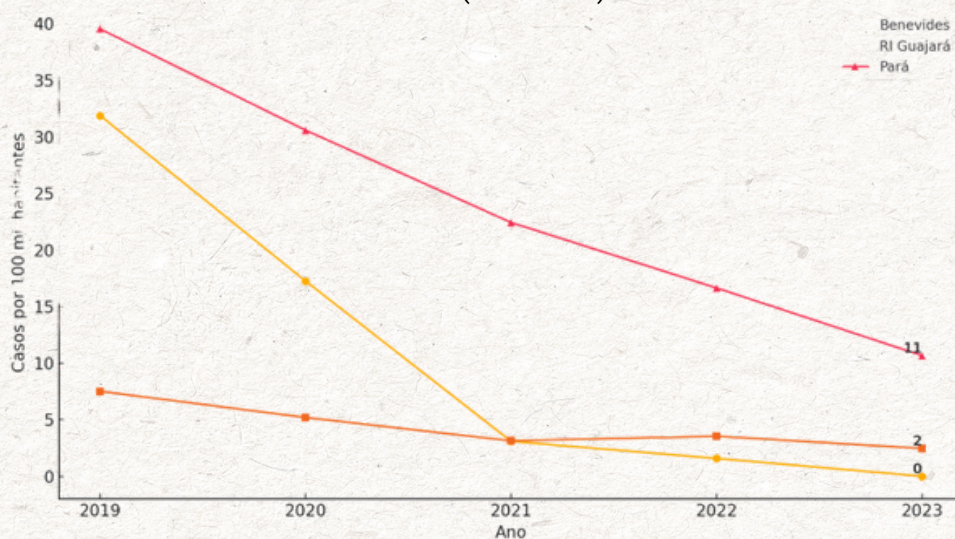
Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

No município de Benevides, observa-se uma queda acentuada no número de casos de trabalho infantil por 100 mil habitantes ao longo do período analisado. Em 2019, o indicador era de 32 casos, reduzindo-se progressivamente até alcançar 0 em 2023. Essa redução contínua pode refletir ações locais eficazes de combate ao trabalho infantil, maior vigilância institucional, campanhas de conscientização e fortalecimento de políticas públicas voltadas à proteção da infância e adolescência (Gráfico 28).

Na Região de Integração Guarará, a taxa de trabalho infantil também apresentou queda, ainda que mais moderada. O indicador passou de 7 casos por 100 mil habitantes em 2019 para 2 em 2023, mantendo uma redução consistente ano a ano. Apesar de os valores serem bem inferiores aos de Benevides no início da série, a trajetória de declínio sugere uma tendência positiva regional, com possível influência de políticas conjuntas ou programas estaduais que atingem toda a RI de forma homogênea (Gráfico 28).

No estado do Pará, a queda também foi expressiva, partindo de cerca de 39 casos por 100 mil habitantes em 2019 para 11 em 2023. Essa tendência reforça um cenário de avanço no enfrentamento ao trabalho infantil em todo o território paraense, embora os valores absolutos ainda sejam relativamente altos, especialmente em comparação com Benevides e com a RI Guajará. A redução gradual pode estar associada a melhorias na oferta educacional, fiscalização das condições de trabalho e ações de inclusão social (Gráfico 28).

Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Benevides x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

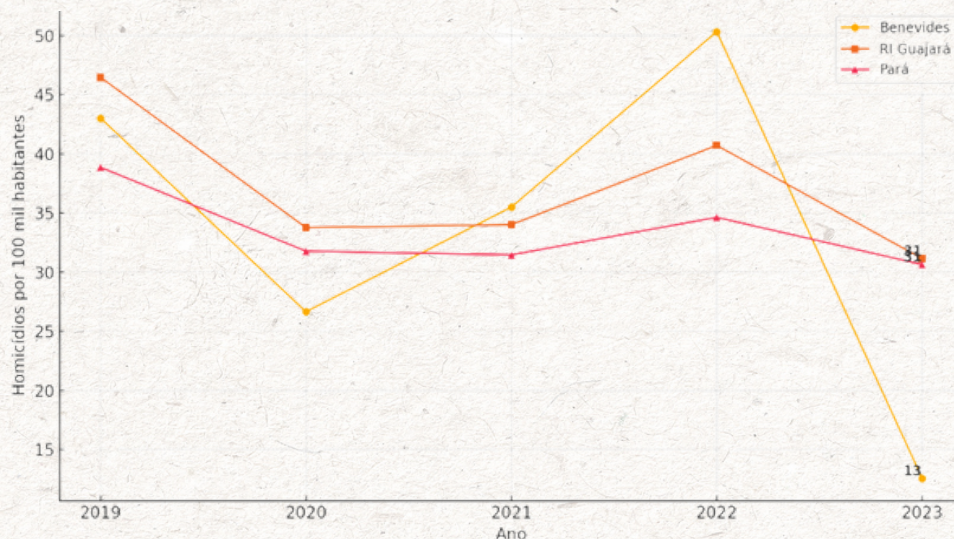
Em Benevides, a taxa de homicídios apresentou flutuações significativas ao longo do período. Em 2019, registrava 43 homicídios por 100 mil habitantes, caiu para 27 em 2020, voltou a subir nos anos seguintes, atingindo o pico de 50 em 2022, e então caiu drasticamente para 13 em 2023. Essa trajetória evidencia momentos de agravamento da violência, seguidos por ações que, ao menos temporariamente, contribuíram para uma redução expressiva no último ano. A oscilação, porém, revela vulnerabilidades na manutenção da segurança pública no município (Gráfico 29).

Na Região de Integração Guajará, o indicador também seguiu uma tendência variável. A taxa caiu de 47 em 2019 para 34 em 2020, manteve-se estável até 2021, elevou-se novamente em 2022 (41), e então caiu para 31 em 2023. Embora a RI tenha apresentado menos variações extremas que Benevides, ainda se observa uma instabilidade, indicando desafios persistentes para o controle da violência letal na região metropolitana de Belém (Gráfico 29).

No estado do Pará, a taxa apresentou comportamento mais estável, variando entre 31 e 39 homicídios por 100 mil

habitantes ao longo do período. Em 2023, o estado registrou 31, um dos menores valores da série, sugerindo uma leve tendência de redução. Comparado ao município e à região, o Pará apresenta menor volatilidade, o que pode refletir políticas de segurança mais consolidadas em escala estadual ou uma média que suaviza as variações locais mais acentuadas (Gráfico 29).

Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Benevides x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.



Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

Entre 2018 e 2022, o município de Benevides apresentou uma trajetória de crescimento contínuo no indicador de gasto público municipal como percentual do PIB. O valor inicial de 9,2% em 2018 evoluiu para 11,9% em 2022, com aumento mais expressivo a partir de 2020. Essa elevação pode indicar maior esforço de investimento público local, especialmente em resposta aos impactos da pandemia de COVID-19, que exigiu ampliação de gastos em áreas como saúde, assistência social e infraestrutura (Gráfico 30).

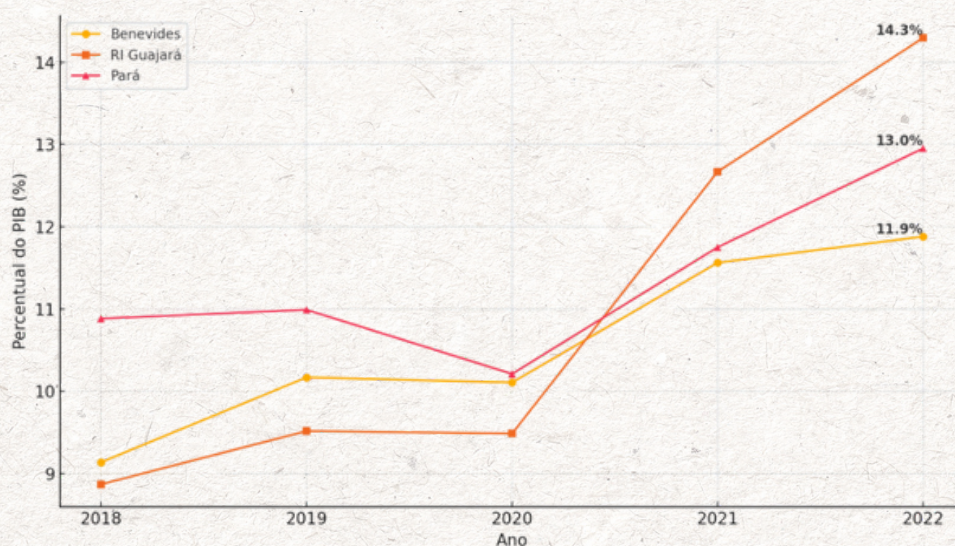
Na Região de Integração Guajará, o comportamento do indi-

cador foi ainda mais acentuado. Com início em 8,8% em 2018 e mantendo estabilidade até 2020, a RI apresentou um salto significativo nos dois últimos anos da série, chegando a 14,3% em 2022. Esse crescimento superou os valores de Benevides e do estado, sugerindo uma intensificação do protagonismo fiscal dos municípios da região metropolitana de Belém no contexto recente, possivelmente impulsionado por transferências intergovernamentais ou aumento da arrecadação própria (Gráfico 30). O estado do Pará, por sua vez, iniciou a série com um patamar mais elevado (10,9% em

2018), mas apresentou uma leve queda em 2020 (10,3%), antes de retomar a trajetória de crescimento até atingir 13,0% em 2022. A evolução menos abrupta em comparação à RI Guajará revela certa estabilidade na gestão fiscal estadual, ainda que acompanhando a tendência geral de aumento dos gastos públicos municipais em relação ao PIB. Esse crescimento pode estar relacionado ao fortalecimento das políticas públicas locais como resposta às demandas sociais e econômicas do período recente (Gráfico 30).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 11,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Benevides x RI Guajará x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

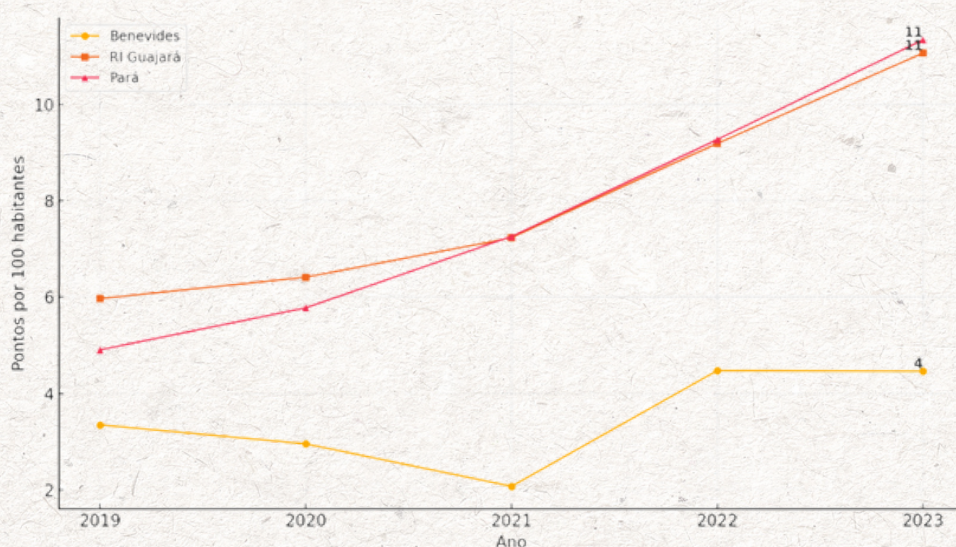
Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

Entre 2019 e 2023, a taxa de acesso à banda larga fixa no município de Benevides manteve-se em patamares baixos e com variações modestas. O indicador iniciou em 3,3 pontos por 100 habitantes em 2019, sofreu uma queda gradual até atingir o valor mínimo de 2,1 em 2021, e, a partir de 2022, apresentou uma leve recuperação, estabilizando-se em 4,5 pontos nos dois últimos anos. Apesar da melhora recente, o município permanece com desempenho inferior aos níveis regional e estadual, revelando limitações no acesso à infraestrutura digital (Gráfico 31).

Na Região de Integração Guajará, o comportamento foi de crescimento contínuo. Em 2019, o indicador estava em 6,0 pontos por 100 habitantes e evoluiu de forma consistente até alcançar 11,0 em 2023. Esse avanço evidencia uma ampliação significativa da cobertura de banda larga fixa na região metropolitana, o que pode refletir investimentos públicos ou privados na ampliação de redes de telecomunicação, bem como maior demanda por conectividade, especialmente impulsionada pela pandemia e pela digitalização de serviços (Gráfico 31).

No estado do Pará, a trajetória também foi positiva e bastante similar à da RI Guajará, passando de 4,9 em 2019 para 11,1 pontos por 100 habitantes em 2023. Essa elevação contínua sugere um processo de inclusão digital em expansão no estado, ainda que desigual entre os municípios. O contraste entre Benevides e as demais esferas evidencia disparidades de acesso, sinalizando a necessidade de políticas públicas específicas para municípios com infraestrutura limitada, a fim de garantir equidade digital e inclusão tecnológica (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Benevides x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

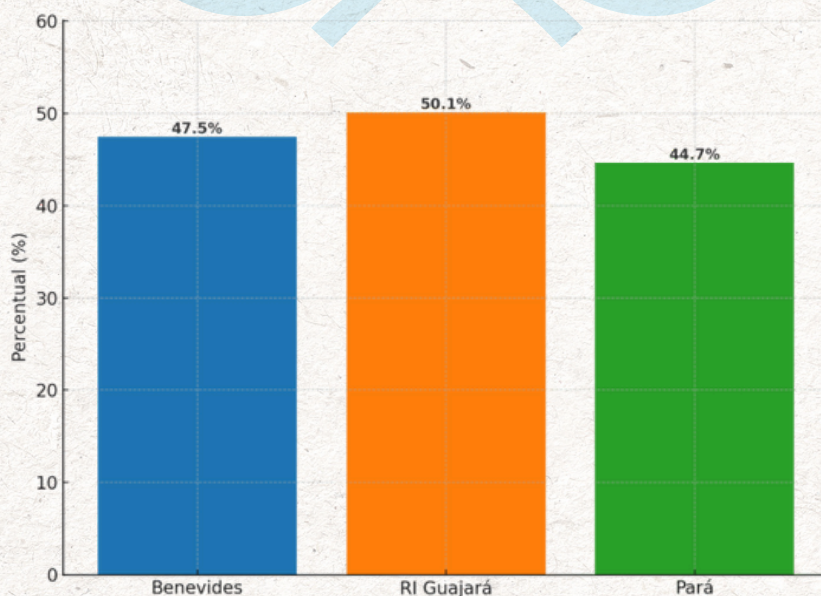
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 4 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 — e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA — foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Benevides** registrou um IDS de **47,5%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Benevides x RI Guajará x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais**. In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades**. Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.

Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposta por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



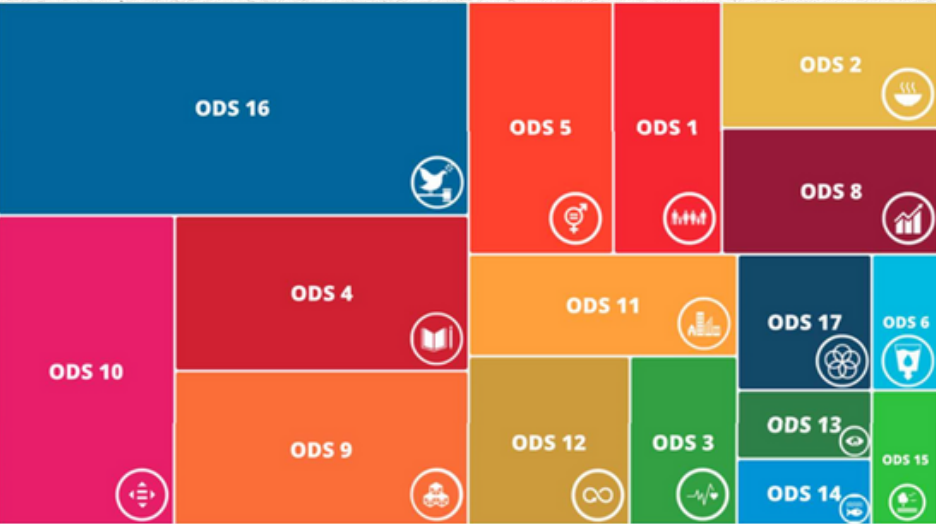
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.


Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descortina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregada e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcadores de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23,2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.

Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletivos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).

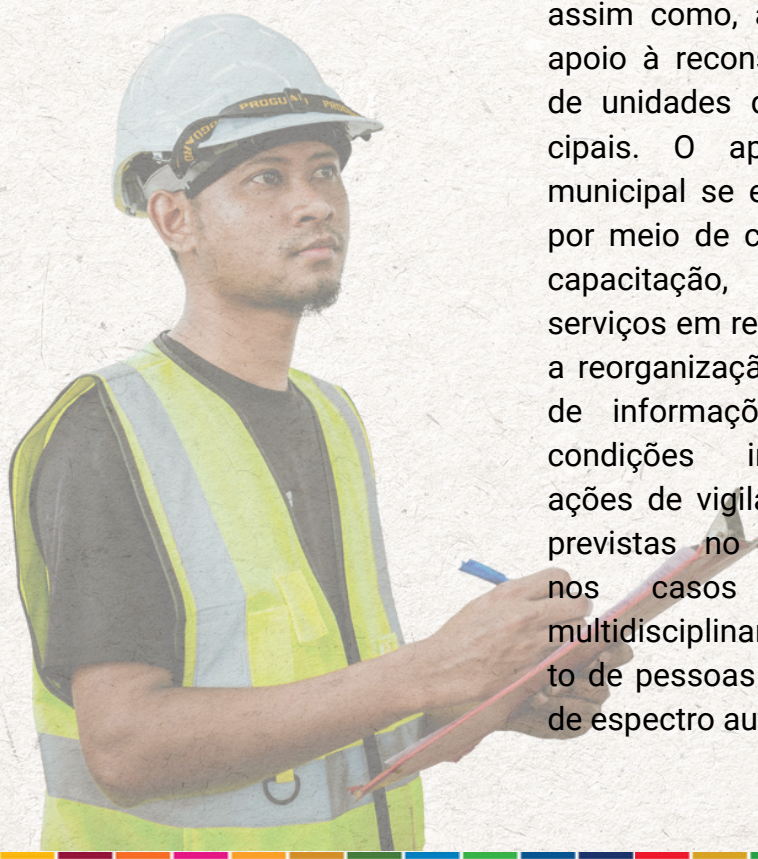


Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetadas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multissetorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apo-

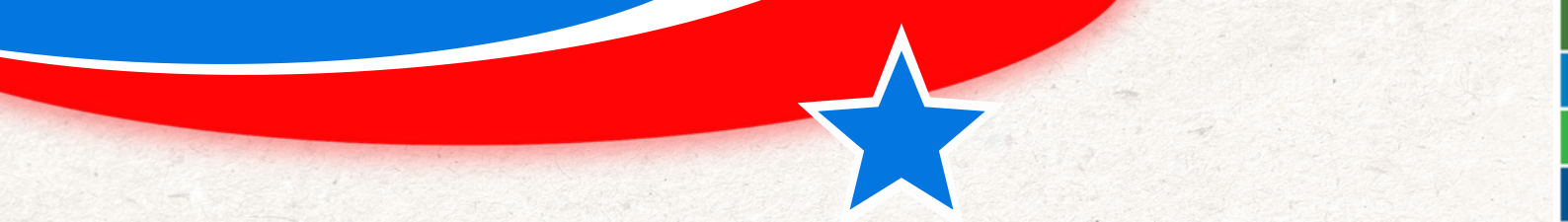
io às vicinais, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Aveiro na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Acará e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e

valorização das atividades florestais não madeireiras, conforme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abarcar novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conser-

vação de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes dos modelos econômicos atuais, exclusão socioproductiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas.

Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

